



DEFENSORIA E MAÇÃO

Informativo Semestral da Defensoria Pública do Estado do Piauí



REFORMA

DEFENSORA-GERAL VISITA OBRAS DA SEDE DA DEFENSORIA



Defensoria integrou a
"Semana da Justiça
pela Paz em Casa"

pag **36**

DPE se engaja na Campa-
nha "16 Dias de Ativismo
pelo Fim da Violência
contra as Mulheres"

pag **18**

Seminário do IBCCRIM em
Teresina evidência debate
sobre o desencarceramento

pag **06**



EDITORIAL

Mais um ano que finda e o sentimento que temos é o de gratidão, mas também de felicidade. Gratidão pelo empenho de cada Defensor, Defensora, servidor, colaborador e estagiário, que diariamente nos ajudam a fortalecer a Defensoria Pública como Instituição garantidora da assistência jurídica integral e gratuita, judicial e extrajudicial, a todos os vulneráveis que batem à nossa porta. Felicidade pela certeza que nos empenhamos ao máximo, com uma gestão comprometida, e conseguimos avançar em vários setores, dotando a nossa Instituição de melhorias que se reverterem em condições de trabalho satisfatórias e em um atendimento cada vez mais qualificado.

Esta edição do nosso Boletim, além de ser a última do ano de 2018, também coincide com quase um final de mandato, dessa forma não podemos deixar de elencar avanços que trouxeram para a Defensoria Pública a possibilidade de se firmar dentro do cenário piauiense, seja ele jurídico ou social, como Instituição mantenedora de Direitos. Não temos modéstia em dizer que durante os quatro anos de gestão, muito fizemos nesse sentido.

A elaboração do nosso Plano Estratégico para o período de 2016 a 2020 deu início a um processo de modernização da Defensoria Pública que, se ainda não está totalmente atingido, já avançou significativamente. Ao longo da nossa gestão, contando com uma equipe qualificada e comprometida, estamos conseguindo avançar em várias ações. Já dotamos cada órgão de execução de maquinário condizente com as atribuições que desempenha, procuramos adquirir ferramentas operacionais que têm como resultado uma resposta mais eficaz às ações que desempenhamos, investimos em qualificações tanto para os nossos Defensores Públicos como para o nosso corpo de colaboradores e nos empenhamos a cada ano na busca por um Orçamento condizente com as reais necessidades da Defensoria Pública para que possamos chegar, como preconiza a Emenda Constitucional 80/2014, a cada município do Piauí até o ano de 2022.

Temos orgulho também de, bem antes de qualquer outro órgão ou Instituição, termos iniciado na Defensoria Pública a busca pela resolução de conflitos por meio da Mediação e Conciliação, evitando que inúmeros casos chegassem à judicialização e contribuindo de forma significativa para a redução do excesso de processos que hoje tramitam no judiciário piauiense.

Especificamente neste final de 2018 iniciamos, de forma experimental, a implantação do Sistema Solar em nossa Instituição. Considerada uma das melhores ferramentas para atendimento no meio jurídico atualmente, o Solar (Solução Avançada em Atendimento de Referência) foi disponibilizado pela equipe de Tecnologia de Informação (TI) da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO), a quem somos imensamente agradecidos por nos prestarem toda a assistência necessária na aquisição e operacionalização desse novo sistema.

Muitas outras ações poderiam ser aqui descritas, mas acreditamos que mais que transcrevê-las o importante é implementá-las para que a própria sociedade possa comprovar o empenho de nossa Instituição em prestar um serviço cada vez mais eficaz. No todo, temos a convicção que procuramos sempre fazer o melhor pela Defensoria Pública e dentro dessa procura sabemos que muito já avançamos. Temos a certeza que esse avanço vem sendo sentido por todos que fazem a nossa Instituição e cremos que as futuras gestões se empenharão da mesma forma para que novos passos sejam dados. A Defensoria Pública é daqui para a frente, não há como retroceder nessa escala de crescimento. Avante DPE-PI!

Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes
Defensora Pública Geral do Estado do Piauí



EXPEDIENTE



Informativo:

Defensoria em Ação
Ano IV - Nº 09 - Julho/ Dezembro de 2018
Informativo Semestral da Defensoria
Pública do Estado do Piauí

EXPEDIENTE:

Defensoria em Ação - Informativo da
Defensoria Pública do Estado do Piauí
Rua Jaicós, Nº 1435, Ilhotas
Teresina - Piauí - CEP: 64.014-060
Telefones: (86) 3234-1205
Fax: (86) 3235-7527

E-MAIL GERAL:

defensoriapublica@defensoria.pi.def.br

DEFENSORA PÚBLICA GERAL:

Dra. Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes

SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL:

Dr. Erisvaldo Marques dos Reis

CORREGEDORA GERAL:

Dra. Ana Patrícia Paes Landim Salha

CHEFE DE GABINETE DEFENSORA PÚBLICA GERAL:

Dra. Patrícia Ferreira Monte Feitosa

ASSESSORIA JURÍDICA:

Dr. Silvío César Queiroz Costa
Dr. João Castelo Branco de Vasconcelos Neto
Dr. Humberto Brito Rodrigues

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO:

Dr. Ivanovick Feitosa Dias Pinheiro

DIRETOR DE PRIMEIRO ATENDIMENTO:

Dr. Marcelo Moita Pierot

DIRETORA CÍVEL:

Dra. Rosa Mendes Viana Formiga

DIRETORA CRIMINAL:

Dra. Viviane Pinheiro Pires Setúbal

DIRETOR REGIONAL:

Dr. Gérson Henrique Silva Sousa

DIRETORA DE NÚCLEOS ESPECIALIZADOS:

Dra. Karla Cibele Teles de Mesquita Andrade

DIRETOR DA DEFENSORIA ITINERANTE:

Dr. Afonso Lima da Cruz Júnior

DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR (ESDEPI):

Dra. Andrea Melo de Carvalho

ASSESSORIA DE IMPRENSA:

Ângela Ferry e
Tatiara de França

FOTOS:

Lázaro Lemos

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Ângela Ferry
DRT:912-PI

POJETO GRÁFICO:

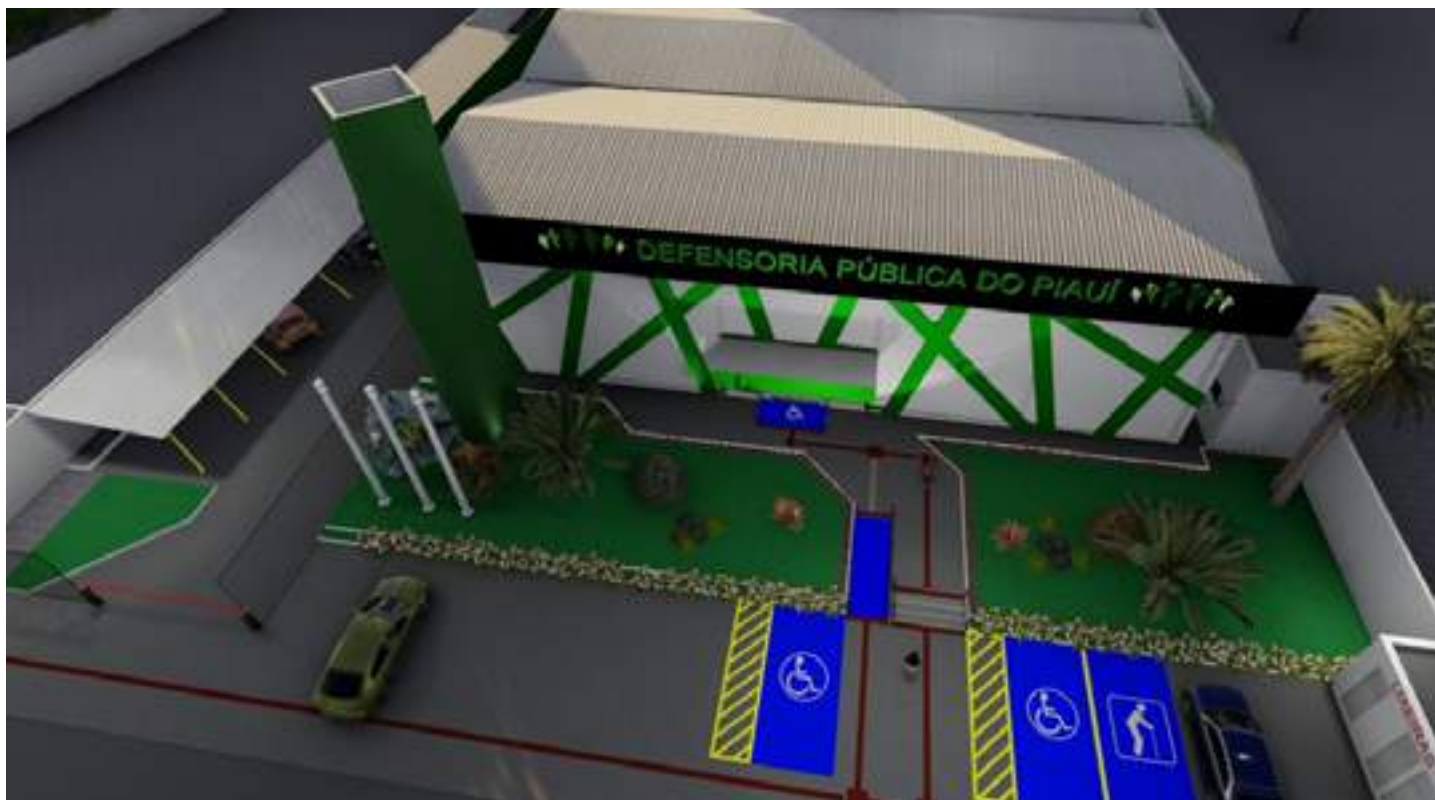
George Vítor de Carvalho Santana

DIAGRAMAÇÃO:

Tatiara de França

E-MAIL COMUNICAÇÃO:

comunicacaodef@defensoria.pi.def.br



OBRAS DEFENSORIA PÚBLICA

REFORMA DO NÚCLEO CENTRAL GARANTIRÁ ATENDIMENTO MAIS HUMANIZADO AOS ASSISTIDOS

Em atenção ao previsto no seu Plano Estratégico no sentido de assegurar a atualização da infraestrutura física dos imóveis próprios, a Defensoria Pública concluiu o Projeto Arquitetônico, bem como os projetos complementares, que possibilitaram o início da reforma e ampliação do Núcleo Central da Instituição, localizado na rua Nogueira Tapety, 138, no Bairro dos Noivos, zona Leste de Teresina.

A reforma e ampliação do prédio foi necessária para adequar devidamente as instalações ao atendimento, cada vez maior, das pessoas que procuram pelos serviços da Instituição e que poderão contar em breve com um prédio bem estruturado, que permitirá melhor acolhimento, assim como melhores condições de trabalho para Defensoras e Defensores Públicos, servidores, colaboradores e estagiários.





A obra, orçada em R\$ 3.762.103,28, proveniente de recursos próprios da Lei Orçamentária Anual 2018, está sendo executada pela Construtora Saga Engenharia, que tem como engenheiro responsável, Lucas Germano da Silveira. O projeto arquitetônico é de autoria do arquiteto e urbanista Dario Bastos Fortes Rego, que é assessor técnico da Defensoria.

Dario Rego informa que o projeto inicial passou por algumas alterações, que normalmente acontecem, visando adequar a obra tanto a exigências do Código de Obras do Município, como também ao laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros. “São alterações normais, porque em uma reforma muitas vezes pensamos em uma determinada situação e nos deparamos com outra, bem diferente. Quando fomos iniciar o anexo lateral, por exemplo, encontramos uma galeria embaixo e tivemos que fazer um reforço, uma fundação melhor, alteramos também a iluminação e o forro da parte detrás do prédio, para poder passar a tubulação dos cabos elétricos, evitando que fiquem expostos. A Prefeitura nos pediu algumas modificações, como a cobertura do estacionamento, que não podia limitar com o muro vizinho, o que já atendemos. Também já recebemos do Corpo de Bombeiros a aprovação para o projeto de combate a incêndios, que juntamente com o sistema de proteção contra descargas elétricas e o projeto hidro/sanitário de águas pluviais e o de cabeamento, compõem os projetos complementares, todos de grande importância”, relata.

Visando proporcionar um bom escoamento





PARTE DA OBRA já se encontra em estágio avançado, tendo sido feita toda a infraestrutura referente à fundação, pilares, vigas, cabeamento e eletrodutos. Abaixo, imagens do projeto de reforma da Defensoria



das águas durante o período chuvoso, foi aumentada a permeabilidade do solo. “O escoamento das águas causa problemas porque vai todo para a sarjeta, trazendo riscos de inundações até por ser uma área próxima ao rio, e se o imóvel permanecesse com áreas permeáveis contribuiria inundações em outras áreas da cidade, por isso no estacionamento que era só o pavimento intertravado, colocamos concregrama, que é uma mistura de concreto com grama, garantindo melhor permeabilidade”, informa Dario Rego, destacando que toda a parte de condicionadores de ar e tubulação já está concluída. “A previsão é que possamos entregar a obra no final de março ou início de abril”, conclui.

“A obra de reforma do nosso Núcleo Central encontra-se em andamento tendo como foco estruturar o prédio, que era antigo e carente de mudanças, permitindo um melhor acolhimento aos que nos procuram, assim como melhores condições de trabalho para que nossos Defensores, Defensoras, servidores, colaboradores e estagiários, possam continuar desenvolvendo um atendimento cada vez mais humanizado. Será um prédio moderno, com acessibilidade e dotado de toda a estrutura para garantir a segurança, como o sistema de combate a incêndios já aprovado pelo Corpo de Bombeiros. Importante dizer que contaremos também com lixeiras adequadas à coleta seletiva do lixo, tão importantes quando se pensa na preservação do meio ambiente. Enfim, teremos instalações com toda a funcionalidade necessária”, destaca Dra. Hildeth Evangelista.

16 MEDIDAS DESENCARCERADORAS DO IBCCRIM



SEMINÁRIO REUNIU GRANDES PALESTRANTES NACIONAIS E LOCAIS



DEFENSORA-GERAL Dra. Hildeth Evangelista na abertura do seminário que contou com a presença da então vice-governadora Margarete Coelho

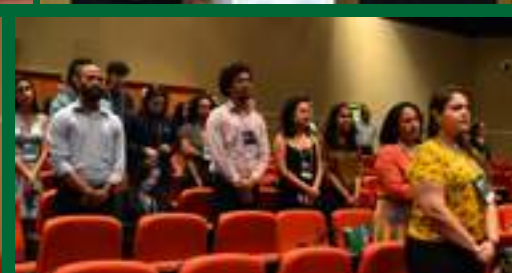


A Defensoria Pública, através da Escola Superior da Defensoria Pública do Piauí - Esdepi, e em parceria com o Coletivo Antônia Flor, realizou nos dias 25 e 26 de outubro o evento "As 16 Medidas Desencarceradoras do IBCCRIM – Debates e Reflexões no Estado do Piauí". O Seminário reuniu, no auditório da Justiça Federal em Teresina, renomados palestrantes na área do Direito e das políticas sociais, que abordaram de forma eficaz as medidas propostas pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM) objetivando contribuir para a construção de uma solução para a superlotação do Sistema Carcerário no Piauí, bem como no Brasil.

Após dois dias de palestras e debates, o Seminário foi considerado exitoso pelos organizadores. "Durante esses dois dias intensos, adquirimos muito conhecimento com os palestrantes, tanto os Defensores, como integrantes de outras Instituições, de vários Estados do Brasil. Queremos agradecer ao Coletivo Antônia Flor, por essa excelente e exitosa parceria. Na Defensoria Pública desenvolvemos projetos como a Força-Tarefa nas Penitenciárias, em prol das pessoas que estão presas, e verificamos a regularidade da situação processual e eventuais injustiças. O mais importante e que todos queremos, principalmente, é que seja respeitado o princípio da dignidade da pessoa humana. Esse é o norte



EQUIPE DA ORGANIZAÇÃO do Seminário do IBCCRIM



DEFENSORES PÚBLICOS, advogados, estudantes de Direito e profissionais da área compareceram aos dois dias de evento no auditório da Justiça Federal

da Constituição Federal e que deve nortear todas as decisões. Todos os que militam nessa área devem atuar sempre com firmeza, encarar e discutir sem ter receio. A Defensoria, nesse sentido, procura com muito zelo, embora hajam imperfeições muitas vezes causadas por deficiência orçamentária, sempre seguir nesse norte. Sabemos exatamente quem está preso, qual a raça, a classe social. São pessoas que, na sua maioria, não têm sequer o ensino fundamental completo”, afirmou o Subdefensor Público Geral, Dr. Erisvaldo Marques dos Reis. que na oportunidade agradeceu a todos que se empenharam para a realização do evento.

Também se manifestou o Diretor da Apidep, Dr. Jeiko Leal. “Na condição de representante da Associação gostaria de pontuar com relação às 16 Medidas aqui discutidas que na Associação Nacional, à qual somos filiados, há uma diretoria de assuntos legislativos, por meio da qual a Defensoria, em âmbito nacional e de forma articulada acompanha projetos de lei de interesse da categoria e nesse sentido emitimos nota técnica e fazemos o corpo a corpo quando necessários. Gostaria de destacar, entre as propostas a diferenciação da conduta relacionada ao uso e ao tráfico de drogas.



MESA DE ENCERRAMENTO formada pelo Subdefensor Geral, Dr. Erisvaldo Marques, e os Defensores Públicos, Dra. Patrícia Monte e Dr. Jeiko Leal. A advogada do coletivo Antônia Flor, Savina Pessoas, integrou a mesa

Temos uma dificuldade muito grande no Sistema em diferenciar o usuário do traficante, temos uma quantidade enorme de pessoas que estão como traficantes, quando na verdade são usuários e não há parâmetro legislativo da quantidade, o que dá margem a arbitrariedades. Também tem a questão das Ouvidorias, que temos que abraçar, todas elas enquanto medidas de reforço a um tratamento mais humano. Estamos em um processo de construção de uma abordagem correta ao fenômeno do crime e daquele que engendra nele. Pautas como essa mostram a vontade de evoluir no discurso, muito embora ainda sejam superficiais. Concluo chamando a atenção para que nós, enquanto profissionais, olhemos para os nossos assistidos, enquanto seres humanos que são”, afirmou.

A Chefe de Gabinete da DPE-PI, Dra. Patrícia Monte fez um apinhado de todo o Seminário.

“Esse evento foi construído para propiciar um espaço público de debates, onde as ideias dos Defensores Públicos, angustiados por não terem sua voz ouvida e acatada dentro do

“O QUE PRETENDEMOS FOI IMPLANTAR A SEMENTE, ENFRENTANDO A VERDADEIRA CAUSA DA VIOLÊNCIA QUE LEVA AO ENCARCERAMENTO”.

Sistema de Justiça, pudessem ser expostas de forma a serem ouvidas. Dentro dessas angustias está exatamente a revitimização do cidadão pobre e negro, muitas vezes punido por não ter um comportamento adequado conforme a lei. Entra o contexto em que ele se insere. Ele nasce dentro de um quadro de grave injustiça social, sem família planejada e sem oportunidade de se educar ou qualquer ideia do que é o gozo do direito da igualdade e dignidade, tão proclamado pelos homens. Entendemos que atingimos o nosso fim. Não de esgotar o debate, mas de trazer esse debate dos direitos das garantias do Sistema Penal e sua injusta aplicação na nossa sociedade. O que pretendemos foi implantar a semente, enfrentando a verdadeira causa da violência que leva ao encarceramento. É importante ressaltar que se sociedade hoje clama por justiça e diz que o país está um caos, mas é porque esse caos chegou ao cidadão de elite, mas há décadas nossos jovens são vítimas nas periferias. Aos estudantes aqui presentes digo que é importante saírem dos bancos e irem para a vivência que é a condição ideal para se sensibilizar com a dor do próximo”, destacou.





A representante do Coletivo Antônia Flor, Savina Priscila Rodrigues Pessoa também destacou a importância da parceria. “Queremos agradecer a todos os que construíram esse espaço, que se esforçaram para realização deste evento. O empenho da Defensoria para tornar esse espaço uma realidade e esperamos que surjam vários momentos como esse. E que todas as falas aqui feitas sejam práticas da Defensoria. Agradecer às mulheres que estiveram à frente da realização deste evento. Quem fez a frente desse trabalho foram as mulheres e isso é importante. A revolução só acontece se for feminista e negra. A realidade carcerária só vai se modificar se dermos espaço para as mulheres negras que hoje são a grande maioria dentro dos presídios ou na luta por diminuir esse fosso que existe, buscando aqui fora os direitos dos seus entes queridos que se encontram nas penitenciárias. Precisamos enfrentar o extermínio silenciado da juventude negra da periferia do Estado do Piauí e lanço um desafio para a Defensoria, não só fazermos espaços como esse mas implementamos na prática, a partir da litigância estratégica da advocacia popular, ações para diminuirmos esse genocídio”, finalizou.



defensoria tem se posicionado de forma eficaz. “O Seminário trouxe para Teresina, renomados juristas e estudiosos da área do Direito Penal e Direito Processual Penal, que discutiram de forma precisa temas que retratam a realidade do Sistema Prisional e Carcerário, não apenas no Piauí, mas em todo o Brasil. Foi um debate amadurecido e enriquecedor, que certamente contribuiu, significativamente, para trabalharmos com cada vez mais afinco no combate ao encarceramento descontrolado e com critérios questionáveis que hoje existem. Importante destacar que a Defensoria não defende os atos praticados, mas sim o devido processo legal. E nessa direção continuaremos firmes, buscando e fazendo valer os Direitos Humanos daqueles que são vulneráveis”, afirmou.

A Defensora Pública Geral, Dra. Hildeth Evangelista afirmou que o evento foi um momento ímpar de amadurecimento e reflexão, sobre uma realidade contra a qual a De-



DOAÇÃO



SUBDEFENSOR-GERAL Dr. Erisvaldo Marques fez a entrega dos kits arrecadados durante o seminário do IBCCRIM

DPE-PI repassa à Sejus 160 kits de higiene arrecadados no Seminário do IBCCRIM

Os 160 kits formados com o material de higiene pessoal arrecadado durante o Seminário do IBCCRIM, foram entregues à Secretaria de Justiça do Estado pelo Subdefensor Público Geral, Dr. Erisvaldo Marques dos Reis. O material foi recebido pelo Subsecretário da Sejus, Dr. Carlos Edilson, e pela Diretoria de Humanização da Secretaria, Dihna de Carvalho Miranda.

Os kits foram arrecadados com as inscrições feitas para o referido evento, sendo destinados aos reeducandos e reeducandas, que se encontram nas Penitenciárias de Teresina, sendo que a entrega será feita pela Secretaria de Justiça, que estabelecerá os critérios para a ação.

“Queremos agradecer à Defensoria Pública por mais essa colaboração. Por essa parceria, que é de suma importância e nos ajuda a manter esse Sistema de forma correta, mais tranquilo. A presença constante da Defensoria, juntamente com os ex-estagiários da Instituição que nós contratamos, nos ajuda bastante. Esse momento é só de agradecer”, afirmou Dr. Carlos Edilson Sousa.

“Nosso sentimento é de gratidão. Nós, que estamos na

Administração Pública, precisamos dessa parceria, pois não conseguimos fazer nada sozinhos. São produtos básicos, que precisamos muito. Vamos tentar fazer justiça com essa doação. Agradecemos muito, ainda mais nesse final de ano, quando o nosso sentimento é de confraternização e gratidão, acho que eles ficarão bem satisfeitos”, afirmou a Diretoria de Humanização da Sejus, Dihna de Carvalho Miranda.

O Subdefensor Público Geral explicou como foi feita a arrecadação e destacou a realização do Seminário do IBCCRIM. “A Defensoria, junto com o Coletivo Antônia Flor, promoveram o evento que tratou das 16 Medidas desencarceradoras do IBCCRIM e a inscrição foi a doação de produtos de higiene. Os kits arrecadados, que contém creme dental, sabonetes, escova de dentes e vários outros itens de higiene pessoal, foram condicionados à inscrição no evento e, desde o princípio, já tínhamos como certo que seriam destinados aos reeducandos que se encontram inseridos no Sistema Penitenciário. Agradecemos as parcerias com a Secretaria de Justiça, que são várias e que certamente terão continuidade em 2019”, afirmou Dr. Erisvaldo Marques.

Defensoria integra Rede de Promoção dos Direitos Humanos

A Defensoria Pública do Estado do Piauí integra a Rede de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, “Rede DH Piauí”, formada a partir da assinatura de Termo de Cooperação Técnica em dezembro de 2017, durante solenidade no Palácio de Karnak, da qual participou a Defensora Pública Geral do Estado do Piauí, Dra. Francisca Hildeth Evangelista Nunes.

“A promoção dos Direitos Humanos é uma das nossas missões. Somos porta de acesso à Justiça para inúmeras pessoas que estão sem saúde, sem educação, privadas da liberdade de forma indevida. Nos consideramos como instrumento de transformação social e so-

mos parceiros e atuantes na promoção destes direitos”, destacou na oportunidade Dra. Hildeth Evangelista.

A Defensoria Pública também conta o Defensor Público, Dr. Sílvio César Queiroz Costa, Titular da 1ª Defensoria Pública Criminal, como membro integrante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos para o Biênio 2019-2020. “A Defensoria Pública tem em uma de suas missões a Defesa dos Direitos Humanos e nós nos sentimos muito honrados de fazer parte deste Conselho, onde importantes decisões serão deliberadas para proteger e promover os Direitos Humanos no Estado do Piauí”, enfatizou, Dr. Sílvio César Queiroz.



DEFENSOR PÚBLICO, DR. SÍLVIO CÉSAR QUEIROZ COSTA, e a Defensora-Geral, Dra. Hildeth Evangelista, na solenidade de assinatura no Palácio de Karnak



Defensoria compõe Operação Anjos da Guarda em conjunto com a PRF e Conselho Tutelar

Operação também foi realizada pela Polícia Rodoviária em Parnaíba, Floriano, Picos e Piripiri

Foi no mês de outubro, mais especificamente no dia 11, uma quarta-feira, véspera do Dia das Crianças, que a Defensoria Pública, por meio do Núcleo Cível Especializado de Defesa da Criança e do Adolescente (Nucideca), integrou a Operação Anjo da Guarda, desenvolvida pela Polícia Rodoviária Federal na BR 343. Também integrou a ação o Conselho Tutelar de Teresina.

A Operação teve por objetivo fiscalizar o transporte de crianças, orientando os pais e responsáveis sobre a necessidade de portarem os documentos destas durante os deslocamentos fora de seus domicílios. Também foi feito um alerta sobre adoções irregulares e casos de desaparecimento de crianças. Durante as abordagens os Policiais Rodoviários constataram que as pessoas que trafegam em carros de passeio, em sua maioria, ainda não possuem o hábito de portar os documentos das crianças e adolescentes.

“Consideramos que a parceria com PRF foi muito produtiva, agradecemos a oportunidade de ter integrado a operação Anjo da Guarda, onde tivemos contato com pais e responsáveis por crianças a quem tivemos como prestar um serviço de orientação e educação a respeito do porte dos documentos das crianças, conscientizando que isso também é proteger nossas crianças, tirando-as do risco de sequestros, ajudando ainda na busca pelas que possam estar desaparecidas. Na ocasião conseguimos deixar claro que o objetivo maior era a proteção das crianças. A Operação foi permeada pela colaboração de todos, foi uma excelente parceria com a Polícia Rodoviária Federal e o



Conselho Tutelar, acredito que os resultados foram bastante positivos por despertar o cuidado com o público infantil”, afirmou na oportunidade Dra. Karla Cibele Andrade, Titular da 2ª Defensoria Pública da Infância.

Analisando a atividade, o inspetor Juraci Sodré, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da PRF no Piauí, se disse extremamente satisfeito. “A parceria com a Defensoria Pública e o Conselho Tutelar resultou em uma ação belíssima, onde pudemos conversar com a população, conscientizando sobre a necessidade de fazer o transporte de crianças de uma cidade para outra, contanto que tenham uma documentação provando que essa criança faz parte do Núcleo Familiar”, afirmou.

“Poder integrar ações como essa, que contribuem para educar, conscientizar e proteger crianças e adolescentes, é de relevante importância para a Defensoria Pública. Por meio do Nosso Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente, que conta com as Defensoras Públicas Dra. Karla Cibele Andrade e Dra. Daniela Bona, além de uma equipe dedicada, já desenvolvemos diariamente ações que buscam a garantia de direitos para essa parcela da população, que representa o futuro de todos nós” ressaltou a Defensora Pública Geral do Estado do Piauí, Dra. Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes.

PROTAGONISMO JUVENIL



Projeto #MeninasOcupam foca no empoderamento

O empoderamento de meninas entre 12 e 18 anos oriundas de comunidades rurais vem sendo trabalhado pela Defensoria Pública do Estado do Piauí, por meio do Núcleo Especializado de Direitos Humanos, em parceria com a PLAN Internacional Brasil, uma organização não governamental internacional, que trabalha com desenvolvimento comunitário centrado na criança e no adolescente.

Dentro dessa perspectiva, no dia 15 de outubro, a Defensoria recebeu dez meninas entre 11 e 21 anos, atendidas pelo Projeto #MeninasOcupam, oportunidade em que, durante a manhã, ocuparam cinco Núcleos Especializados da Instituição. O acolhimento foi feito pela Defensora Pública Geral do Estado do Piauí, Dra. Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes; pelo Subdefensor Público Geral, Dr. Erisvaldo Marques dos Reis; pelo Defensor Público Dr. Igo Castelo Branco de Sampaio, do Núcleo de Direitos Humanos e Tutelas Coletivas; por Dra. Lia Medeiros do Carmo Ivo, do Núcleo da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e Dra. Karla Cibele Teles de Mesquita Andrade, do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente e Diretora de Núcleos da DPE-PI.

“A Defensoria é uma Instituição democrática, que garante direitos à todos. Estamos muito felizes em receber vocês. Especialmente nesse tempos difíceis para nossa jovem democracia o empoderamento de mulheres, de meninas, é de fundamental importância”, disse na ocasião o Dr. Igo de Sampaio.

“A Defensoria, Casa da Cidadania, está aberta a todos. É com grande satisfação que recebemos vocês. Na busca pelo empoderamento e em todas as situações da vida o essencial é sempre saber enfrentar os desafios. Parabéns a PLAN por esse trabalho e, para nós, é uma grande satisfação poder contribuir com ele”, destacou o Subdefensor Público Geral, Dr. Erisvaldo Marques.

Dra. Hildeth Evangelista destacou a importância da parceria com a PLAN. “É uma grande satisfação acolher todas vocês aqui. A Defensoria Pública, que tem como Missão garantir a assistência jurídica integral e gratuita,



judicial e extrajudicial, assegurando os direitos humanos especialmente à população mais vulnerável, está de portas abertas para vocês e para contribuir por essa busca pelo empoderamento feminino, que deve iniciar desde cedo, contando com a ajuda também dos homens que estão presentes em nossas vidas, sejam eles pais, irmãos, amigos e, para vocês no futuro, os companheiros. Nossa Instituição, embora formada em sua maioria por mulheres, já conta com essa sensibilidade e esse olhar diferenciado por parte dos homens que também compõem os nossos quadros, o que tem sido de relevante importância na garantia de nossos direitos. Sintam-se calorosamente acolhidas”, afirmou Dra. Hildeth Evangelista.

“Estar aqui significa uma grande oportunidade de meninas estarem ocupando, liberando suas vozes, porque a maioria dos homens passa por cima de nós. Representamos hoje muitas meninas que estão sofrendo e não têm essa oportunidade”, destacou Rayane Stefanne Borges da Silva, 11 anos, uma das integrantes do Projeto.

Na Defensoria Pública as meninas, em duplas, conheceram o funcionamento dos Núcleos da Infância e Juventude, de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, dos Direitos do Consumidor, dos Direitos Humanos e da Saúde, podendo, sob a orientação dos Defensores e Defensoras responsáveis, entender como a Defensoria Pública trabalha nessas áreas específicas.

Estágio de Direito tem procura significativa

Grande interesse se deve ao reconhecido do estágio como o mais completo na área do Direito

Mais de mil estudantes de Direito de Universidades públicas e privadas do Piauí prestaram, no dia 25 de novembro, as provas do XVIII Teste Seletivo para Estagiários da Defensoria Pública. O teste para estágio remunerado, que é responsabilidade da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdepi), foi aplicado na Universidade Estadual do Piauí (Uespi), em Teresina, e em mais 27 Comarcas do interior do Estado.

Reconhecido como o mais completo na área do Direito, o estágio na Defensoria Pública, seja remunerado ou voluntário, sempre atrai significativo número de estudantes, sabedores que são da característica de permitir a participação efetiva e proativa em todo o processo de elaboração da Justiça, oportunizando o desenvolvimento prático daquilo que é aprendido na teoria.

O estágio na Defensoria Pública é realizado sempre sob a supervisão de um Defensor Público e passa por todas as etapas inerentes à profissão, tendo o estagiário contato inicial com os assistidos e a oportunidade de elaborar petições, protocolando e acompanhando todo o desenvolvimento do processo em vários ramos das áreas Cível e Criminal, o que tem sido de grande valia para definir em que cada um se especializará dentro da profissão. O valor da bolsa mensal de complementação educacional decorrente do Estágio é de R\$ 900,00 (novecentos reais), não originando nenhuma espécie de vínculo empregatício entre

o estagiário e a Defensoria Pública do Estado.

O resultado do XVIII Teste Seletivo para Estagiários foi divulgado no dia 07 de dezembro de 2018. O processo foi coordenado por Comissão presidida pela Defensora Pública Dra. Andrea Melo de Carvalho, Diretoria da Esdepi, contando como membros Titulares com a Defensora Pública Dra. Elisa Cruz Ramos Arcoverde, o Defensor Público Dr. Gerson Henrique Silva Sousa, e o servidor Raimundo Nonato Uchôa Filho.

Em 2018, a Esdepi também realizou seleção para estágio voluntário, por meio do VII Teste Seletivo para Estagiários Voluntários de Direito, cuja seleção compreende a análise do coeficiente de índice acadêmico, realizada pela Comissão Coordenadora do processo. O resultado para estágio voluntário foi divulgado no dia 11 de outubro de 2018.



BATALHA - PI



APLICAÇÃO DOS TESTES para estagiários em Direito aconteceram no dia 25 de novembro

OUVIDOR-GERAL

Nayro Victor Lemos concorreu à reeleição, ao lado dos candidatos Francisco Chagas do Nascimento Júnior e Carlos Alberto Amorim de Sousa Andrade

Nayro Victor Lemos é reeleito para a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública

Compondo Lista Tríplice eleita por meio de representantes de movimentos sociais, Nayro Victor Lemos Resende Leite foi reeleito Ouvidor-Geral externo da Defensoria Pública durante a 115ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da Instituição, realizada no dia 30 de novembro de 2018. Nayro Victor Lemos concorreu à reeleição, ao lado dos candidatos Francisco Chagas do Nascimento Júnior e Carlos Alberto Amorim de Sousa Andrade.

Na Sessão em que os três candidatos foram sabatinados pelo Conselho Superior, a Defensora Pública geral, Dra. Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes, na qualidade de Presidente do Colegiado, enalteceu o trabalho realizado pela Comissão Eleitoral responsável pelo processo de escolha do Ouvidor, cuja Presidente, Defensora Pública Dra. Rosa Viana Mendes Formiga, se encontrava presente.

“É válido destacar o excelente trabalho realizado pela Comissão Eleitoral desse pleito, lembrando que este Colegiado aprovou Moção Honrosa para a referida Comissão, pela condução democrática e eficiente dos trabalhos”, destacou Dra. Hildeth Evangelista.

Dra. Rosa Viana se manifestou saudando os presentes e agradecendo a cada um dos integrantes da Comissão, assim como aos demais colaboradores, que contribuíram para o desenvolvimento transparente do processo eleitoral para Ouvidor-Geral Externo. “Obrigada pela confiança depositada”, disse a Defensora.

Na oportunidade, os candidatos foram ouvidos, em separado e com igual tempo, tendo a oportunidade de expor suas ideias para a Ouvidoria da Defensoria Pública. A votação foi secreta, com cada Conselheiro depositando seu voto na urna eleitoral, sendo o processo finalizado com a conferência e apuração dos votos feita pelo representante da Associação Piauiense de Defensores Públicos (APIDEP), Dr. Arilson Pereira Malquias e pela Presidente da Comissão Eleitoral, Dra. Rosa Mendes Viana Formiga, que proclamaram o resultado da votação, dando a vitória a Nayro Victor



Lemos Resende Leite, por 4 votos a 3, obtidos pelo segundo colocado, Carlos Alberto Amorim de Sousa Andrade.

“É muito satisfatório esse resultado porque você vê o reconhecimento de um trabalho que realizou na primeira gestão e teremos a oportunidade de dar continuidade, o que é por demais importante. Essa continuidade foi o que propus ao Conselho Superior, que por maioria acatou. Quero agradecer e dizer que foi um processo bem participativo e agora é trabalhar para concretizar as propostas lançadas. Para que possamos elevar ainda mais esse instituto que é a Ouvidoria, democratizando cada vez mais o Sistema de Justiça”, afirmou Nayro Victor, no dia da eleição.

Defensoria Pública integrou Observatório da Intolerância Política

Devido ao clima de intolerância instalado no país durante o período eleitoral de 2018, a Defensoria Pública em conjunto com várias entidades, instituições e órgãos integrou o Observatório da Intolerância Política 2018, mecanismo criado para que a população pudesse denunciar casos de violência cometidos em relação ao cenário político no Brasil. O lançamento aconteceu no dia 17 de outubro, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Piauí, com a presença do Subdefensor Público Geral do Estado do Piauí, Dr. Erisvaldo Marques dos Reis. O Observatório funcionou no período de 11 a 31 do referido mês.

Além da Defensoria Pública e OAB/PI, integraram o Observatório a Defensoria Pública da União no Piauí, o Ministério Público do Estado do Piauí, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí, o Núcleo Permanente Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Estadual do Piauí – NUPIDH/UESPI. A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Piauí, participa por meio das suas Comissões de Direitos Humanos, Diversidade Sexual, Direito Digital, da Verdade e da Escravidão Negra e de Apoio à Vítima de Violência e de Direitos Difusos e Coletivos.

“Por conta da grande série de denúncias de agressões e ameaças, presenciais ou virtuais, que chegaram à Comissão de Direitos Humanos da OAB, todas motivadas por esse ambiente de disputa eleitoral que o Brasil vive atualmente, tivemos a preocupação de buscar outras Instituições, como a Defensoria Pública do Estado, Defensoria Pública da União, Ministério Público e as demais que aqui se encontram, para articular a criação desse Observatório e mostrar que essas Instituições estão vigilantes e que quem pratica um ato de intolerância motivado por posição política, está passível de ser punido. Que essa conduta é prejudicial à democracia e que as Instituições estão vigilantes”, disse durante o lançamento, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/PI, Dr. Marcelo Mascarenhas.

Dr. Erisvaldo Marques destacou a relevância da criação do Observatório. “A Defensoria Pública não poderia ficar fora desse Observatório contra a intolerância política diante de tantas agressões físicas e verbais. A democracia tem que resistir a tudo isso. Outros estados também instalaram Observatórios para que fosse observado o respeito entre os brasileiros e para que as pessoas manifestem suas preferências e opiniões sem agressões e com respeito recíproco”, afirmou o Subdefensor Público Geral. As de-



mais autoridades também se manifestaram sobre a criação do Observatório. “A participação da Defensoria, tanto da União como do Estado, é fundamental pois as pessoas atingidas por essa onda de violência são em sua maioria hipossuficientes, os mais pobres, que não têm condições de arcar com custos de defesas. Essas Instituições por natureza detêm a missão de defesa dos Direitos Humanos, portanto é fundamental a participação delas no enfrentamento a essa onda de violência”, disse o Defensor Público da União, Dr. Benoni Moreira.

O Coordenador no Piauí da Frente Brasil Popular, José Carvalho, se referiu ao papel da Defensoria Pública no atual contexto. “Temos relatado denúncias, dentro de uma análise que temos feito do agravamento da intolerância política no Brasil, que no processo eleitoral, se tornou algo preocupante não só para as entidades do movimento social, para os partidos políticos, mas para a população geral do Brasil. Nesse contexto a Defensoria Pública vem cada vez mais se ambientando nesse tipo de ação, que vai para além da defesa individual. Um papel mais coletivo, porta-voz da denúncia desse tipo de intolerância, mas também do seu acompanhamento e apuração. É extraordinário o papel da Defensoria nesse momento”, afirmou.

Estados como o Maranhão e a Bahia também lançaram o Observatório. Para denunciar um crime pelo mecanismo a pessoa deveria salvar tudo que pode auxiliava a provar o crime. O arquivo tinha que ser guardado em local seguro para que pudesse ser usado em uma futura ação judicial, sendo importante que esse arquivo fosse registrado em uma ata notarial, o que pode ser feito em cartório. Também era importante registrar um Boletim de Ocorrência.



Manifestações foram acompanhadas por Defensores

Visando garantir que nenhum cidadão ou cidadã tivesse cerceado o seu direito de se manifestar, que é constitucionalmente garantido no Brasil, a Defensoria Pública do Estado do Piauí esteve presente às manifestações que foram realizadas em Teresina no dia 29 de setembro.

A Instituição se fez presente por meio de uma Comissão formada pelos Defensores Públicos Dr. Gérson Henrique Silva Sousa, Dra. Verônica Acioly de Vaconcelos, Dr. João Batista Viana do Lago Neto e Dr. Igo Castelo Branco de Sampaio, que acompanharam a população durante os atos. Também integrou a Comissão o Defensor Público Dr. Valtemberg Brito Firmeza, que cumpriu escala no Plantão Defensorial do sábado.

Além da presença dos Defensores Públicos, a Instituição disponibilizou um número de telefone para contato, que foi amplamente divulgado, para que qualquer cidadão que tivesse seus direitos violados pudesse recorrer.

Os Defensores integrantes da Comissão avaliaram que tudo ocorreu dentro do clima de tranquilidade. “Momento de pura democracia, liberdade de expressão e de opinião. A Defensoria Pública, como Instituição essencial à justiça, garantiu o direito do cidadão de se manifestar livremente e de exercer a sua liberdade de ir e vir”, afirmou Dra. Verônica Acioly.

“No intuito de garantir a liberdade de expressão, de manifestação e o direito de externar o pensamento, a Defensoria Pública compareceu às manifestações do dia 29, para salvaguardar esses direitos. A Defensoria Pública Geral instituiu uma Comissão e a Instituição se fez presente no ato. As Manifestações ocorreram de forma pacífica. Não tivemos nenhum contratempo, sendo encerradas com tudo transcorrendo de forma tranquila”, resumiu Dr. Gerson Henrique Sousa.

“É papel da Defensoria Pública coibir a prática de abuso de autoridade e de tortura nas manifestações sociais, bem como aos direitos fundamentais dos manifestantes. Nossa jovem democracia ainda tem viva na memória as décadas de opressão impostas pela ditadura militar, daí porque se impõe que uma instituição de cunho democrático e de defesa dos direitos humanos se faça presente em atos públicos e apartidários como o deste sábado. No mais, as manifestações ocorreram dentro dos padrões de civilidade, sem intercorrências. As forças de segurança atuaram regularmente na tutela das liberdades das pessoas que se reuniram pacificamente na tarde-noite do sábado”, complementou Dr. João Batista Viana.

Para Dr. Igo Castelo Branco de Sampaio, “a análise foi positiva, haja vista que a Defensoria se fez presente nos atos em garantia ao direito fundamental à manifestação, incidindo junto às forças de segurança pública presentes, fazendo recomendações e buscando informações. A equipe acompanhou in loco os eventos desde a concentração até a dispersão, ocasião em que entrou em contato as lideranças e diversos partícipes, informando o papel da Defensoria como garantidor do direito a manifestação e se colocando à disposição, em caso de violações a este direito”, afirmou.

“Por sua missão e histórico de garantia dos direitos humanos, a Defensoria Pública jamais se isentaria de estar disponível para que a população pudesse recorrer em caso de violação de direitos durante estes atos públicos, que envolveram um contingente considerável de pessoas nas ruas de Teresina. Contamos para isso com um grupo comprometido de Defensores, que se dispuseram a ir para as ruas junto com a população, estando atentos a qualquer tipo de violação de direitos. Felizmente tudo transcorreu de forma pacífica. Esse é o saldo da democracia”, afirma a Defensoria Pública Geral do Estado do Piauí, Dra. Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes.

A DEFENSORIA PÚBLICA DISPONIBILIZOU UM NÚMERO DE TELEFONE PARA DENÚNCIAS EM CASO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS



Defensoria integrou a Semana da Justiça pela Paz em Casa

O esforço de audiências concentradas foi realizado de 26 a 30 de novembro, nas dependências do Fórum Cível e Criminal em Teresina e nas Comarcas de Parnaíba e Picos, tendo como pontos primordiais promover ações visando reduzir a violência doméstica e familiar e, ao mesmo tempo, julgar a maior quantidade de processos possível.

Com Defensores Públicos atuando tanto na defesa da vítima como no contraditório, tanto na Capital como no interior do Estado, a Defensoria Pública do Estado do Piauí integrou a 12ª edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa. O esforço de audiências concentradas foi realizado de 26 a 30 de novembro, nas dependências do Fórum Cível e Criminal em Teresina e nas Comarcas de Parnaíba e Picos, tendo como pontos primordiais promover ações visando reduzir a violência doméstica e familiar e, ao mesmo tempo, julgar a maior quantidade de processos possível. A Semana é desenvolvida em todo o país pelo Conselho Nacional de Justiça.

Dra. Ana Teresa Ribeiro da Silveira, que atuou na ação realizada em Teresina, destacou a integração da Defensoria. “A participação da Defensoria Pública na Semana da Justiça pela Paz e Casa é um dos destacados exemplos da essencial e multifacetada atuação da Defensoria, no seu papel institucional de prestar assistência jurídica integral aqueles vulneráveis socialmente, seja assegurando a plena defesa dos réus, seja acompanhando as mulheres vítimas de violência, permitindo ao longo e ao final, que o Sistema de Justiça cumpra sua função primordial de dar uma resposta à sociedade no que pertence a situação da violência doméstica. Entretanto, apesar de salutar a realização de eventos

desta natureza, cumpre destacar a necessidade de se buscar outras soluções para conferir maior celeridade aos julgamentos, posto que, nestes casos, de forma talvez mais emblemática, a rapidez da intervenção estatal seja o único meio de assegurar efetiva justiça”, afirmou a Defensora.

A Coordenadora do Núcleo da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, Defensora Pública Dra. Lia Medeiros do Carmo Ivo, avaliou que na última edição já puderam ser notados alguns avanços em atendimento a pleitos da Defensoria Pública, no sentido de tornar a ação mais resolutiva tanto para os Defensores como para os assistidos.

“A estrutura dessa última edição foi um pouco melhor, até como já havíamos sugerido na reunião preparatória. Em Teresina as salas foram todas concentradas no Fórum Cível e Criminal, o que facilitou tanto para as vítimas, como para as outras partes, como as testemunhas, já que ficou tudo localizado em um mesmo local. Foram seis juízes designados para a realização das audiências, que aconteceram na medida do possível. Ainda enfrentamos problemas com cumprimento de mandados, intimação das partes, que fizeram com que audiências não ocorressem,



o que já aconteceu em outras edições mas, a despeito disso, algumas audiências ocorreram normalmente, mesmo as que não estavam completas, quando não geravam nenhuma nulidade, os Juízes ouviram as partes”, disse.

Dra. Lia Medeiros também chamou a atenção para a instalação da sala de acolhimento em um novo formato. “Ainda tivemos um pouco de problemas com relação a orientação das partes, que às vezes não sabiam como se localizava a sala e não ficou alguém mais próximo ao local para repassar essa informação, mas como já vinha acontecendo desde a última edição, existiu um espaço reservado, aonde a vítima e as testemunhas puderam aguardar o horário das audiências. Na medida do possível teve esse local apropriado, fechado, sem vidro, que era um pleito nosso nas outras edições e que dessa última vez em 2018 tentaram agender”, afirmou a Defensora.

Para Dra. Viviane Pinheiro Pires Setúbal, Diretora Criminal da Defensoria Pública, a atuação da Instituição na Semana foi proveitosa. “O que os colegas que integraram a ação nos passaram foram sugestões, para que a próxima Semana seja ainda mais exitosa. Uma dessas sugestões é que a Defensoria receba as pautas das audiências com bastante antecedência, para que não sejamos surpreendidos com a quantidade de Juízes que irão trabalhar na Semana pela Paz em Casa e possamos atender essa demanda do Tribunal de Justiça de forma eficaz. Um segundo ponto é que sejam melhor analisadas as respostas aos mandados de intimação, porque ainda existem audiências não realizadas por conta de mandados que não foram cumpridos e pessoas não foram encontradas. Se essas informações chegarem com antecedência no próprio Judiciário outros processos poderão ser pautados ou pode ocorrer a diminuição dos processos pautados para as audiências. Tudo isso pode ajudar a reduzir a carga de trabalho, considerando que as audiências são realizadas nos turnos da manhã e tarde, estas últimas finalizando por volta de 18h30. Mas no todo a ação foi boa, no sentido de que processos foram julgados, sentenças proferidas nas audiências, enfim, a Defensoria Pública exerceu sua função devidamente, com a contribuição de muitos colegas, inclusive dos que aderiram a ação mesmo após o período de inscrições no edital lançado. A Semana foi proveitosa nesse aspecto, com alguns pontos que ainda devem ser resolvidos pelo Tribunal de Justiça, mas estamos satisfeitos no sentido do exercício de nossas



atividades. Prestamos a assistência devida, participando da maioria das audiências que aconteceram”, destacou.

PARNAÍBA

Em Parnaíba as ações da Semana também ocorreram com a Participação da Defensoria Pública. “Na XII Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, o Núcleo da Mulher Vítima de Violência de Parnaíba prestou assistência integral às vítimas, contando com a atuação desta Defensora Pública e da Dra. Dayna Sampaio e ainda com a colaboração das estagiárias Geciane, Shayne e da assessora Renata Araújo. Foram realizadas uma média de 30 audiências por dia, incluídas audiências de instrução e medidas protetivas”, explicou a Defensora Pública Dra. Eleen Carla Gomes Brandão.

“Nesta Semana, a Defensoria Pública se fez presente mais uma vez na maioria esmagadora dos processos, onde buscamos assegurar o devido processo legal e o contraditório daqueles que foram acusados da prática de violência doméstica. Aproveito para agradecer o auxílio dos Defensores Manoel Mesquita e Joacy Miranda e para parabenizar a todos pela organização deste Mutirão, em especial a 1ª Vara Criminal, pois tivemos bastante efetividade e produtividade na realização das audiências”, complementou o Defensor Público Dr. Leonardo Fonseca Barbosa.

A Defensora Pública Dra. Gilmara Guimarães Bezerra Pessoa, falou sobre a Semana realizada em Picos. “Soube da existência do Projeto Reeducar, um curso para os homens envolvidos em casos de violência doméstica, visando a ensiná-los como se comportarem/agirem com suas companheiras, o que poderá vir a reduzir a reincidência. O curso foi oferecido pelo Tribunal. No mais o Mutirão só serviu para diminuir os processos”, diz a Defensora.

Projeto de Prevenção ao diabetes leva cidadania e saúde ao Sistema Prisional

O Projeto de Prevenção e Tratamento do Preso com Diabetes, desenvolvido pela Defensoria Pública do estado do Piauí, com órgãos e entidades parceiras, chegou também aos reeducandos da Colônia Agrícola Major César Oliveira. A iniciativa tem por objetivo identificar casos de diabetes ou tendência à doença, por meio de exames de glicemia. São realizados ainda a verificação da pressão arterial e testes rápidos para doenças sexualmente transmissíveis. Nessa ação a Defensoria conta com a fundamental parceria da Fundação Municipal de Saúde. A ação já foi desenvolvida também na Penitenciária Feminina, Casa de Custódia e Centro Educacional Masculino (CEM).

Também presente na Major César, a Coordenadora de Saúde Prisional da Secretaria de Estado da Saúde, Gisela Brito, que proferiu palestra para os reeducandos sobre Educação em Diabetes. “A saúde é um direito de todos e obrigação do Estado, temos uma Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas Privadas de Liberdade, que vêm exatamente trazer esse direito à essas pessoas. Vejo com muitos bons olhos essa ação da Defensoria e seus parceiros, como a Sesapi”, disse a palestrante.

“É uma ação muito importante, porque cuida justamente da assistência integral que a Defensoria faz abrangendo tanto o aspecto jurídico, com ações de interesse do reeducando e também na saúde com a prevenção. Parabéns a Dra. Sheila Andrade, Coordenadora do Sistema Prisional, que está à frente desse Projeto. A Defensoria tende a permanecer executando essas ações”, disse a Diretora Criminal da DPE-PI, Dra. Viviane Pinheiro Pires Setúbal.

O PROJETO DE PREVENÇÃO E TRATAMENTO DO PRESO COM DIABETES É DESENVOLVIDO PELA DEFENSORIA PÚBLICA

“Esse Projeto que a Coordenação do Sistema Prisional vem desenvolvendo nas Penitenciárias é mais um passo na garantia de direitos que a Defensoria Pública proporciona aos seus assistidos, nesse caso os que se encontram inseridos no Sistema Prisional. Contando com a parceria da Secretaria de Justiça, Secretaria de Saúde e Fundação Municipal de Saúde, assim como com a dedicação das nossas Defensoras e Defensores Públicos, que vêm destinando esse olhar diferenciado e o empenho total em trabalhar

para a promoção dos Direitos Humanos, estamos conseguindo resultados satisfatórios dentro desse Projeto, que só tende a ser estendido em nossa Instituição”, afirma a Defensora Pública Geral, Dra. Hildeth Evangelista.



Monitoramento aos abrigos de idosos é concluído pela Defensoria

A Defensoria Pública do Estado do Piauí deu continuidade no segundo semestre de 2018, por meio do Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência, ao cronograma previsto pelo Plano de Monitoramento e Ação Defensorial, para analisar a situação dos idosos em situação de abrigo no Estado do Piauí.

Nesta nova etapa foram visitados os abrigos Manain; Casa São José, em Parnaíba; Frederico Ozanan e Casa Santana. Anteriormente o monitoramento já havia ocorrido na Vila do Ancião e Abrigo São Lucas.

A ação visou aferir a regularidade das instituições de longa permanência no Estado, no que se refere



a garantia das condições de habitabilidade, higiene, bem estar dos idosos abrigados, dentro da realidade de cada abrigo. Além do diagnóstico das condições das instituições, o Plano visou traçar um perfil do idoso abrigado para que, a partir daí, fossem elaboradas





estratégias de ação sobre como a Defensoria Pública do Piauí pode atuar para que os idosos tenham suas demandas solucionadas.

O Plano de Monitoramento e Ação funcionou como um Censo, discriminando quantos idosos vivem em abrigos no Estado do Piauí, se são homens, mulheres, se possuem algum tipo de deficiência, a situação de acessibilidade, se estão em situação de sub-registro e, entre outros, quais são as demandas que precisam da intervenção da Defensoria Pública. A ampla ação, visou também verificar a questão de empréstimos consignados, se os idosos estão vivendo alguma situação de super endividamento, quais os motivos do abrigamento e se existem rompimentos de vínculos familiares.

Casos de abandono e violência estão entre as causas constatadas nas inspeções que levam o idoso a procurar os abrigos. “A partir dessa pesquisa procuramos ver como a Defensoria Pública do Estado pode agir, fortalecendo esses laços familiares, evitando assim a questão do abrigamento, mas também dando o apoio necessários para as Instituições que já existem, para que elas possam se estruturar melhor ao receberem esses idosos”, afirmou à época a Defensoria Pública Dra. Sarah Vieira Miranda Lages Cavalcanti, Titular da 2ª Defensoria Pública do Idoso.

CASOS COMO ABANDONO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ESTÃO ENTRE AS CAUSAS QUE LEVAM O IDOSO A PROCURAR OS ABRIGOS

Em dezembro de 2018, a Defensora Pública Dra. Sara Maria Araújo Melo, Titular da 1ª Defensoria Pública do Idoso, apresentou os dados do monitoramento durante audiência pública realizada pelo Ministério Público do Estado do Piauí. “A Defensoria Pública está concluindo o Plano de Monitoramento Defensorial. Nessa atividade tivemos a oportunidade de constatar o índice de idosos institucionalizados em abrigos de longa permanência do Estado, especialmente na capital. Verificamos um alto índice de idosos com problema mental, chegando a representar 40% do número total de idosos abrigados, uma realidade que só conseguimos identificar através da pesquisa, pontuou a Defensora na ocasião.

A Defensora Pública Geral do Estado do Piauí, Dra. Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes, destaca a importância do monitoramento. “Esse

monitoramento foi fundamental para que pudessem ser detectadas irregularidades e implementadas ações, visando garantir os direitos das pessoas idosas que se encontram dentro dos abrigos. Vemos essa iniciativa das aguerridas Defensoras Públicas do Núcleo do Idoso, Dra. Sara Melo e Dra. Sara Miranda, em conjunto com suas equipes, como fundamental para que a Defensoria Pública possa tomar as ações cabíveis, que garantam a essas pessoas mais dignidade em seu envelhecimento”, afirma Dra. Hildeth Evangelista.

Defensores regionais desenvolveram ações em atendimento e educação em direitos

As Defensorias Regionais da Defensoria Pública desenvolveram várias ações visando a garantia de direitos dos vulneráveis em todo o Piauí.

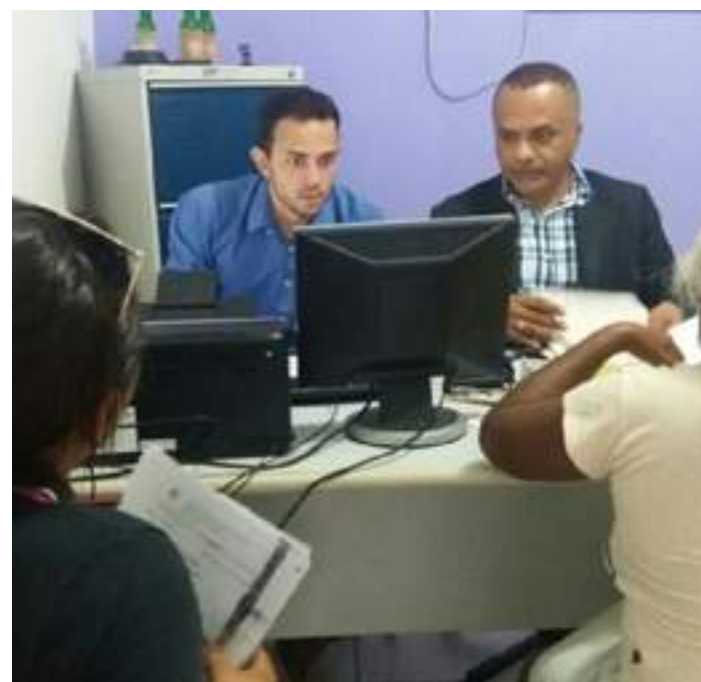
2ª DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL DE FLORIANO

Por meio de seu Titular e também Gerente Regional da referida Comarca, Dr. Marcos Martins de Oliveira, entregou as certidões de nascimento e CPF das três filhas menores do assistido Josifran Gomes, deficiente físico, sequelado de um acidente vascular cerebral é beneficiário do benefício assistencial (BPC da LOAS) que comprovadamente não tinha condições financeiras para adquirir as segundas vias dos referidos documentos. A ação da Defensoria atendeu a uma solicitação do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS AD).



ÁGUA BRANCA

O Defensor Público Dr. Jefferson Calume de Oliveira, Titular da Defensoria Pública Regional de Água Branca voltou a realizar atendimento presencial nos termos jurisdicionados de Lagoinha do Piauí, Olho D'Água e Hugo Napoleão. Os atendimentos contaram com o apoio dos CRAS e Conselhos Tutelares dos referidos municípios e beneficiaram um número considerável de assistidos pela Defensoria Pública.



DEFENSORIA ITINERANTE

Em Massapê do Piauí a população recebeu as ações da Defensoria Itinerante, sob a coordenação da Defensora Pública Dra. Gilmara Guimarães Bezerra Pessoa, Titular da 3ª Defensoria Pública Regional de Picos, em conjunto com os Defensores Públicos da União, Dra. Rogena Ximenes Viana e o Dr. Benoni Ferreira Moreira. Durante uma semana, foram prestados atendimentos e orientações gratuitos à população sobre os benefícios do INSS, Bolsa Família, Pensão Alimentícia, Divórcios, Tratamento de Saúde, Proteção a Direitos de Crianças e Adolescentes.

DEFENSORIA PÚBLICA PELA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DO PRESO COM DIABETES NAS PENITENCIÁRIAS

Os reeducandos da Penitenciária Regional Dom Abel Alonzo Núñez, na Comarca de Bom Jesus receberam, em agosto de 2018, o Projeto da Defensoria Pública pela Prevenção e Tratamento do Preso com Diabetes nas Penitenciárias. A ação foi coordenada pela Defensora Pública Dra. Ana Cristina Carreiro de Melo, Titular da Defensoria Pública Regional de Bom Jesus. O Projeto refere-se à implementação de um dos objetivos do Plano Defensorial de Assistência Integral ao Preso, o PRODAIP.



SAÚDE DO PRESO EM DPR DE OEIRAS

Em setembro, o Projeto pela Prevenção e Tratamento do Preso com Diabetes foi desenvolvido na Defensoria Pública Regional de Oeiras sob a coordenação do Defensor Público Dr. Roosevelt Furtado de Vasconcelos Filho, Titular da 1ª Defensoria Pública de Oeiras. Os reeducandos que participaram da atividade receberam orientações sobre prevenção e tratamento adequados.



DEFENSORIAS PÚBLICAS REGIONAIS

O Diretor das Defensorias Públicas regionais, Defensor Público Dr. Gerson Henrique Silva Sousa retomou as visitas às Comarcas do interior do Estado, oportunidade em que conheceu de perto o trabalho realizado, assim como ouviu os Defensores Titulares, buscando a construção de soluções conjuntas para a melhoria da prestação dos serviços da Defensoria Pública.

DEFENSORIAS PÚBLICAS REGIONAIS

Em Campo Maior o Projeto pela Prevenção e Tratamento do Preso com Diabetes, aconteceu também em setembro, sendo coordenado pelo Diretor das Defensorias Públicas Regionais, Dr. Gerson Henrique Silva Sousa e pela Titular da 2ª Defensoria Pública de Campo Maior, Defensora Pública Dra. Dayana Sampaio Mendes. Na ocasião os reeducandos tiveram a oportunidade de realizar também exames de HIV, Hepatites B e C e sífilis. Os Defensores Públicos também realizaram atendimentos jurídicos durante a atividade.





DEFENSORIA REGIONAL DE PEDRO II

Em dezembro, o Defensor Público Dr. Leandro Ferraz Damasceno Ribeiro, Titular da Defensoria Pública Regional de Pedro II participou de uma roda de diálogo no Centro de Formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piri-piri, abordando o tema violência doméstica.

CONGRESSO “DIREITOS HUMANOS PRA QUÊ?!”

A Defensora Pública Dra. Karla Araújo de Andrade Leite, Titular da 2ª Defensoria Pública Regional de Oeiras participou em outubro do Congresso “Direitos Humanos Pra Quê?!” realizado pelo curso de Direito da Universidade Estadual do Piauí (Uespi), campus Professor Antônio Giovanni Sousa, em Piri-piri. A Defensora falou sobre a importância da defesa dos Direitos Humanos.



TRANSFERÊNCIA DE PACIENTE

Em dezembro, por meio de liminar, a 2ª Defensoria Pública Regional de Oeiras, que tem como Titular a Defensora Pública Dra. Karla Araújo de Andrade Leite, conseguiu transferência de um paciente para o Hospital Getúlio Vargas em Teresina, para realização de cirurgia ortopédica de urgência que não poderia ser realizada naquela Comarca.

CURSO DE PREPARAÇÃO PSICOSSOCIAL E JURÍDICA PARA PRETENDENTES À ADOÇÃO

O Defensor Público Dr. Manoel Mesquita de Araújo Neto, Titular da 1ª Defensoria Pública de Parnaíba, participou, em novembro, do 4º Curso de Preparação Psicossocial e Jurídica para Pretendentes à Adoção, realizado pela 3ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba, sob a Coordenação da Juíza Dra. Uismeire Ferreira Coêlho. O objetivo do Curso foi fomentar a reflexão, o esclarecimento e a preparação de candidatos à adoção no que tange aos aspectos sociais, psicológicos e jurídicos do processo, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente.



Defensoria media com sucesso ação referente a conflito de terras na região de Oeiras

A 2ª Defensoria Pública de Oeiras, que tem como Titular a Defensora Pública Dra. Karla Araújo de Andrade Leite, mediu com êxito conflito de terras envolvendo a Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais da Localidade Pinga, Zona Rural de São João da Varjota e Fazenda Esperança que realiza trabalho de recuperação e reinserção social de usuários de entorpecentes em Oeiras.

A Defensoria começou a atuar no caso quando, em abril de 2017, foi procurada pelos integrantes da Associação, que tem como presidente Necileide Leal. “Eles estavam bastante aflitos porque tinham feito empréstimo para compra e investimento na área e ocorre que quando chegou a época de quitar o empréstimo e regularizar o registro das terras, observou-se que parte delas tinha sido doada pela Fundação Dom Edilberto Dikelborg, que é ligada à Paróquia de Nossa Senhora da Vitória, à Fazenda Esperança, que por sua vez realiza um lindo trabalho na recuperação de usuários de entorpecentes”, explica Dra. Karla Andrade.

A Defensora diz que diante do caso delicado, enviou ofício ao Diretor do Crédito Fundiário da Secretaria de Desenvolvimento Rural, solicitando o apoio de um agrimensor, que pudesse proceder a medição das terras da comunidade, de acordo com o que constava nos registros de imóvel, para que pudesse ser dirimida a dúvida sobre tamanho exato da gleba dos assistidos.

O Laudo Técnico enviado à 2ª Defensoria Pública de Oeiras em 2018, concluiu que, por engano, a Fundação doou à Fazenda terras que, na verdade, já pertenciam à Comunidade Pinga. “Quando procurei o Bispo de Oeiras, D Edilson Nobre, que é o Presidente do Conselho da Fundação, ele se mostrou prontamente disposto a resolver a questão que, importante destacar, ocorreu bem antes da chegada dele a esta Diocese, e então marcamos a primeira mediação na



qual foi acordado que as terras seriam avaliadas e o valor ressarcido à Comunidade”, diz Dra. Karla Andrade .

A Defensora explica que após o primeiro contato entre as partes foi realizada uma segunda mediação com a presença da Diretoria Regional da Fazenda Esperança, na qual foi tratado sobre as despesas referentes a cerca que separará as terras da Comunidade das da Fazenda. “Agora em Dezembro de 2018 finalmente foi tudo acordado, os valores referentes às terras e a cerca”, comemora.

“Só temos a agradecer à Defensoria, na pessoa da Dra. Karla Andrade, por fazer com que nós conseguíssemos, graças a Deus, entrar em um acordo, ficando bom para os dois lados”, afirma Necileide Leal.

“Não tenho nem palavras para agradecer à Defensoria e quero destacar a importância do papel da Dra. Karla Andrade nesse alinhamento, nesse diálogo entre a Fazenda e a Associação, para resolver da melhor forma, sem precisar ir para judicialização”, complementa a integrante do Conselho da Fazenda Esperança, Remédios Santos.

“Sinto uma satisfação imensa de ter ajudado à Comunidade neste processo de solução pacífica do conflito de terras. Antes de tudo, tive que estabelecer uma relação de confiança entre as partes e a Defensoria Pública, e foi com esteio na confiança depositada que seguimos com muito otimismo e responsabilidade até aqui”, finaliza Dra. Karla Andrade.



CAMPANHAS

Defensoria adere ao Movimento Mundial de Combate e prevenção ao Suicídio

Em mais um ano, a DPE adotou ações, como o uso do laço amarelo, símbolo da campanha

E Defensores Públicos, servidores, colaboradores e estagiários da Defensoria Pública do Estado do Piauí adotaram em setembro, o uso do laço amarelo, símbolo do movimento mundial, Setembro Amarelo, criado para conscientizar a população sobre a realidade do suicídio, mostrando que existe prevenção em mais de 90% dos casos, segundo dados da Organização Mundial da Saúde.

O suicídio é considerado um problema de saúde pública e mata 1 brasileiro a cada 45 minutos e 1 pessoa a cada 45 segundos em todo o mundo. Pelos números oficiais, são 32 brasileiros mortos por dia, taxa superior às vítimas da AIDS e da maioria dos tipos de câncer. Apesar de números tão alarmantes, o assunto ainda é tratado muitas vezes como tabu, o que segundo especialistas em saúde mental, colabora para o aumento dos casos.

A Defensoria Pública do Estado do Piauí, como Instituição promotora de Direitos Humanos tem buscado, a cada ano, promover um debate sério sobre a questão do suicídio por meio de palestras e ações voltadas para o tema, especialmente alertando que as pessoas precisam procurar ajuda capacitada para enfren-

tar tão sério problema.

“Tratar a questão do suicídio de maneira responsável é dever de todos e a Defensoria Pública não poderia se isentar desse debate, que busca antes de tudo a valorização da vida. Faz-se necessário discutir claramente como identificar as pessoas que nesse sentido necessitam de ajuda e saber como cada um pode colaborar para evitar que mais vidas sejam perdidas. Há também uma necessidade constante de promoção e fiscalização de políticas voltadas para a prevenção, que têm que ser cobradas e pautadas não apenas durante este mês de setembro, mas em todos os dias de cada ano”, afirma a Defensora Pública Geral do Estado do Piauí, Dra. Francisca Hildeith Leal Evangelista Nunes.



**SETEMBRO
AMARELO**
**MÊS DA
PREVENÇÃO AO
SUICÍDIO**





OUTUBRO ROSA

A Defensoria voltou a aderir ao movimento Outubro Rosa, de luta e prevenção contra o câncer de mama. Durante todo o mês de outubro, o site da Defensoria Pública, assim como as redes sociais utilizadas pela Instituição, adotaram mais uma vez a tonalidade rosa, assim como o uso do laço rosa, símbolo da prevenção, em todas as suas postagens. Servidoras, servidores, estagiários e estagiárias, Defensoras e Defensores Públicos, também voltam a adotar o uso do laço rosa.



NOVEMBRO AZUL

O Primeiro Atendimento da Defensoria Pública do Estado do Piauí, na Avenida João XXIII, foi alvo de uma ação de saúde em alusão ao “Novembro Azul”, mês de conscientização e prevenção do Câncer de Próstata e do Diabetes. Estudantes de Enfermagem da Universidade Federal do Piauí (UFPI), estiveram no prédio fazendo aferição de pressão dos assistidos na manhã de terça-feira, dia 6. Foram realizadas palestras educativas, distribuição de panfletos e preservativos.





SETOR DE TRIAGEM

Sistema de SOLAR é implantado na DPE-PI

Solução Avançada em Atendimento de Referência foi implantada em caráter experimental na triagem do Primeiro Atendimento

Em dezembro de 2018, como parte do projeto de aparelhamento, modernização e segurança previstos no Plano Estratégico da Defensoria Pública do Estado do Piauí, foi implantado no Setor de Triagem, da Diretoria de Primeiro Atendimento, em caráter experi-

mental, o Sistema Solar (Solução Avançada em Atendimento de Referência), considerado uma das melhores ferramentas para atendimento no meio jurídico atualmente. O Sistema foi desenvolvido pela equipe do Ministério Público do Tocantins e cedido à DPE-PI pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO), que prestou toda a assistência necessária tanto na disponibilização da ferramenta, como na capacitação dos profissionais da TI local.

O Setor de Triagem também foi modernizado com a instalação de 12 computadores de última geração, tendo ganho ainda mais dois guichês, além de scanners e impressoras novos, o que resultará em ganho no atendimento prestado aos assistidos. Ainda dentro do processo de modernização e aparelhamento, e visando garantir maior segurança tanto aos que compõem os quadros da Defensoria quanto a quem busca o atendimento na Instituição, foi instalado o sistema de catracas eletrônicas



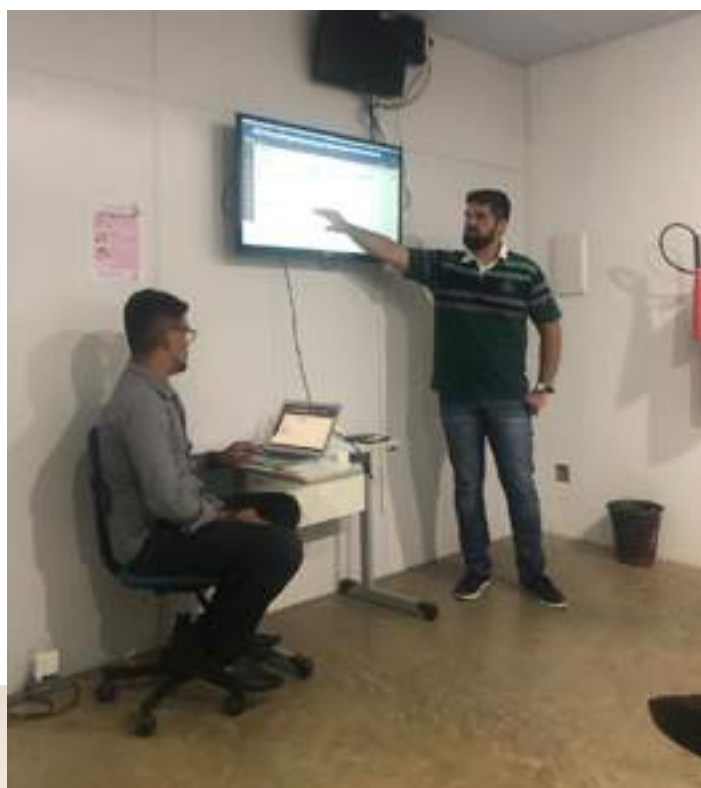
na Unidade João XXIII da DPE-PI, que deverá ser expandido para os demais prédios da Instituição.

Segundo o Coordenador de Tecnologia da Informação da DPE-PI, Raimundo Nonato Uchôa Filho, o novo Sistema e os equipamentos entregues servirão para dar agilidade aos trabalhos. “Com a instalação desses 12 computadores de última geração no Primeiro Atendimento da Defensoria visamos a melhoria no atendimento aos assistidos. Esta etapa contempla a aquisição do novo software Solar, Sistema que gerencia o atendimento prestado, diminuindo e agilizando o acesso a Justiça a quem mais precisa”, afirma o Coordenador.

“O gestor deve ser sensível à evolução da demanda. Hoje o processo judicial é totalmente automatizado para as novas demandas e o Primeiro Atendimento não poderia ficar na era do papel. Precisamos de um Sistema simples, rápido e seguro, que possa garantir efetividade a análise dos casos e o consequente encaminhamento judicial ou administrativo do pleito. Ganha não só a Defensoria Pública, mas principalmente a sociedade com a melhora da automação do atendimento”, afirma o Diretor de Primeiro Atendimento da Defensoria Pública, Defensor Público Dr. Marcelo Moita Pierot.

“É importante dizer que com o Sistema Solar vamos criar pela primeira vez um banco de dados real com nossos assistidos e a cada vinda deles à Instituição será possível acompanhar o seu histórico com maior agilidade. Esse banco de dados será muito valioso. Precisamos entender também que não se trata apenas de um sistema de atendimento. É um gerenciador eletrônico de documentos e outra vantagem é que o Defensor terá como criar um vínculo com o processo no Tribunal, o que hoje é uma exigência. Trata-se da interoperacionabilidade, que faz com que os sistemas se comuniquem entre si, evitando que a pessoa tenha que dominar mais de um sistema para ter acesso às informações”, explica o Diretor Administrativo da Defensoria, Dr. Ivanovick Feitosa Dias Pinheiro.

“Com a instalação desses novos equipamentos e implantação do Sistema Solar estamos contribuindo significativamente para o bom desempenho no primeiro atendimento prestado às pessoas que buscam a Defensoria Pública, bem como para os trâmites junto ao Tribunal de Justiça. Tratam-se de ferramentas de última geração, que serão de grande valia para garantir um atendimento mais célere, proporcionando um retorno mais pontual aos nossos assistidos. Somos imensamente gratos à Defensoria Pública e Ministério Público do Tocantins, pelo suporte que recebemos para instalação do Sistema Solar e capacitação do nosso pessoal. Também estamos garantindo maior segurança aos nossos servidores, colaboradores estagiários Defensores Públicos e assistidos ao instalar o sistema de catracas eletrônico, iniciando pelo da Unidade João XXIII”, afirma a Defensora Pública Geral do Estado do Piauí, Dra. Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes.





Defensoria capacita profissionais e implanta sistemas visando melhor prestação de serviços

Visando garantir cada vez mais uma prestação de serviços qualificada aos seus assistidos, a Defensoria Pública do Estado do Piauí, por meio da Diretoria Administrativa, deu segmento ao investimento na capacitação de pessoal, aparelhamento e adoção de sistemas inovadores. Entre as capacitações proporcionadas aos seus profissionais, em agosto de 2018 fiscais de contrato e coordenadores participaram de um treinamento ministrado pelo auditor fiscal da Controladoria Geral do Estado (CGE), Carlos Garcês.

O treinamento buscou auxiliar os servidores, que trabalham diretamente com contratos, mostrando todas as etapas do desenvolvimento do processo em seus aspectos funcionais e legais, tratando sobre assuntos relacionados aos fundamentos básicos do fiscal, o papel e perfil do fiscal, comportamento perante ao contrato, impedimento legal e obrigações fiscais, como orientar, interditar e certificar. “O curso de capacitação de fiscais de contratos promovido pela CGE foi uma iniciativa bastante louvável e ficamos muito gratos pela oportunidade de a DPE participar. Certamente aprimorou as práticas administrativas nas rotinas dos processos de pagamento, bem como a gestão dos recursos da Instituição, nossa principal missão enquanto servidores públicos.”, diz a Coordenadora de Controle Interno e Gestão, Camila Damasceno Cavalcante Castelo Branco.

Também no mês de agosto, a Instituição capacitou os profissionais envolvidos nos processos licitatórios

relacionados a serviços de engenharia ou obras. A capacitação “Alta Performance Coaching” foi voltada para “Licitações e Contratos de Obras e Serviços de Engenharia” e ministrada pelos auditores Leonardo César e Rogeanio Almeida.

O objetivo foi dotar os referidos profissionais de informações relevantes para que pudessem acompanhar com propriedade as obras desenvolvidas pela Defensoria Pública, iniciando pela reforma do Núcleo Central da Instituição, que se encontra em andamento. Segundo o Coordenador de Planejamento e Projetos da DPE-PI, Jackson Oliveira Veloso, a Defensoria Pública encontra-se em fase de crescimento e expansão, o que torna esse tipo de treinamento fundamental. “A partir de agora o número de obras e reformas pelas quais a Instituição vai passar tende a aumentar e, conseqüentemente, a capacitação dos servidores para os projetos futuros é fundamental”, afirma.

Atendendo as metas do seu projeto de aparelhamento e modernização, previstos no Plano Estratégico, foi implantando na Defensoria Pública o Sistema de Cálculo (SisCalc), que contribui para agilizar a automatização feita por meio do Banco de Dados na movimentação dos processos que exigem o recálculo de valores. O Sistema foi criado pela Coordenação de Tecnologia da Informação da DPE-PI, por meio da equipe de desenvolvimento de software, com supervisão da Diretoria Administrativa, e trabalha com linguagens atuais, sendo mantido pela própria equipe da TI.

O Coordenador de Tecnologia da Informação, Raimundo Nonato Uchoa Filho, explica que a principal função do SisCalc é fazer a atualização de débitos. “Sejam em relação a pensão alimentícia ou qualquer outro valor que precise de índices, o Sistema mensalmente dará essa atualização. Trata-se de um avanço, haja vista que, pelo menos para essa questão de atualização de débitos, o processo era feito de forma manual, por tabela de Excel e agora já fica disponível na Intranet”, diz.

O Diretor Administrativo da Defensoria Pública, Dr. Ivanovick Feitosa Dias Pinheiro, fala sobre as vantagens do SisCalc. “Concebido pelos nossos desenvolvedores, o Sistema demonstra a maturidade dos programadores da Instituição. É adequado à nossa realidade e permite, com muito mais celeridade, que aqueles que precisem da atualização de valores e de cálculos possam, eles mesmos, utilizarem o serviço, ganhando tempo, reduzindo custos, melhorando a eficiência e no final o assistido é que será o principal beneficiado”, afirma.

“Com a implantação do SisCalc estamos dando mais um significativo passo dentro da modernização da Defensoria Pública, prevista no nosso Plano Estratégico. Trata-se de um Sistema inovador, que certamente será de grande valia para o desenvolvimento do trabalho desenvolvido em toda a Instituição, representando um ganho para o desempenho dos nossos profissionais, sendo revertido em um atendimento cada vez mais qualificado aos nossos assistidos”, afirma a Defensora Pública Geral, Dra. Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes.



REUNIÕES SOBRE O PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2019

Como em todos os anos, a Defensoria Pública tratou com profissionalismo e dedicação a gestão do Orçamento destinado à Instituição. A partir do mês de agosto a Instituição esteve presente na Secretaria de Planejamento do Estado, às reuniões que trataram sobre o processo de sistematização da elaboração da Proposta Orçamentária para o ano de 2019. Representaram a Defensoria o Coordenador de Planejamento e Projetos, Jackson Oliveira Veloso e a Assessora Técnica da Coordenação de Orçamento e Finanças, Ana Paula de Almeida Muniz.

O treinamento foi ministrado pelos analistas de Planejamento e Orçamento da Seplan. O Diretor de Orçamento do Estado, Wagner Ximenes, diz que o treinamento contribuiu para garantir maior agilidade à gestão do Orçamento. “Esse treinamento ocorreu pela necessidade de envolver todos os técnicos do Estado, tanto do Poder Executivo, como também dos demais poderes, entre os quais a Defensoria Pública. Foi uma oficina para que cada técnico ficasse familiarizado com o Sistema, o SIAFE, que é novo. Começamos a implantar em 2017, já foi um sucesso e estamos aprimorando cada vez mais. Para 2019 temos inovações na elaboração do Orçamento, como as alocações dos gastos do Estado por Territórios, para facilitar o monitoramento dos recursos e a prestação de contas, em especial para sociedade. Cada órgão fará suas alocações nesses Territórios, para que aqueles que neles vivem saibam ao certo aquilo que de recursos será destinado para cada um”, disse e complementou “o treinamento trouxe mais agilidade à gestão do Orçamento em termos de transparência, que hoje em dia é fundamental. Acredito que Defensoria Pública, na pessoa da Dra. Hildeth Evangelista, assim como o Dr. Ivanovick Feitosa, tem hoje a preocupação de chegar a todo o Estado e a forma como foram divididos os Territórios vai facilitar o acesso da população à missão nobre que é a da Defensoria Pública do Estado do Piauí”, afirmou.

“Observamos algumas novidades para o ano de 2019, dentre elas, a destinação orçamentária dividida entre os 12 Territórios de Desenvolvimento do Estado, que será pautado em três viés, o valor monetário que será investido, o local que será beneficiado e o produto final que será entregue para a sociedade. Com isso, se busca potencializar as especificidades de cada região, com uma maior transparência nos gastos públicos”, afirma Jackson Veloso.

Defensoria participou do processo de elaboração das discussões da proposta orçamentária para 2019

Coube à Defensoria Pública um percentual de 2,15%, o que representa R\$ 86 milhões, valor considerado extremamente insuficiente pela Gestão da Defensoria Pública, para que a Instituição possa desenvolver a contento suas ações.

No dia 21 de novembro a Defensora Pública Geral do Estado do Piauí, Dra. Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes, o Subdefensor Público Geral, Dr. Erisvaldo Marques dos Reis e o Diretor Administrativo da DPE-PI, Dr. Ivanovick Feitosa Dias Pinheiro, estiveram presentes a Audiência Pública da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, na qual foi dado início à discussão da Proposta Orçamentária do Poder Executivo para o ano de 2019.

A audiência foi realizada na sala da Comissão de Constituição e Justiça, sendo presidida pelo Deputado Wilson Brandão (PP), contando com a presença do Deputado Nerinho (PTB), relator da mensagem da PLOA/2018 e do Secretário de Planejamento do Estado, Antônio Neto.

Pela proposta apresentada pela Seplan na Assembleia, levando em consideração a Fonte 100, referente ao Tesouro Estadual, estava previsto um aumento de 4,5% a todos os Poderes, considerando-se a PLOA 2018/2019. Na proposta da Seplan, coube à Defensoria Pública um percentual de 2,15%, o que representa R\$ 86 milhões, valor considerado extremamente insuficiente pela Gestão da Defensoria Pública, para que a Instituição possa desenvolver a contento suas ações. Pelo mesmo quadro apresentado pela Secretaria, cabe ao Tribunal de Justiça o valor de R\$ 568 milhões e ao Ministério Público o valor de R\$ 212 milhões.

Falando pela Defensoria Pública, o Defensor Público Dr. Ivanovick Feitosa Dias Pinheiro, destacou as distorções. “Nos últimos anos temos procurado fazer a lição





TOTAL FONTE 100 (TESOURO ESTADUAL)					Milhões
PODER	LDA 2018	2% INCREMENTO PLGA	PLGA 2019 / 2018	4,8% AUMENTO	2019 / 2018
ALEPI	346	353	2,01%	363	4,50%
TCE	120	122	2,07%	125	4,50%
TJ	344	353	2,06%	363	4,50%
MPF	202	207	1,00%	212	4,80%
DPE	82	86	2,15%	89	4,50%
TOTAL	1.298	1.321	2,02%	1.383	4,50%

de casa, aplicar medidas de austeridade, de eficiência, de governança, mas essas medidas têm um limite na sua capacidade de fazer as coisas funcionarem com eficiência. Olhando o quadro apresentado e fazendo uma conta rápida, vemos que do total de R\$ 1 bilhão 353 milhões, apenas 6% , é destinado à Defensoria Pública, o que corresponde em torno de 86 milhões. Ocorre que a Defensoria tem que estar nas Comarcas. Existe uma demanda para o Juiz, para o Promotor e também para o Defensor. Essa exigência do povo, do próprio Ministério Público e do Judiciário, bate às portas da Defensoria todos os dias e temos que estar em todos os locais. Atualmente estamos na metade e, com esse quadro, é praticamente impossível pensar em um plano de expansão. Chegamos a trinta e uma Comarcas e, dificilmente, estaremos em mais”, destacou.

A Defensora Pública Geral afirmou que mais uma vez a Defensoria Pública será prejudicada. “Esse aumento linear proposto não contempla adequadamente a Defensoria. O reajuste proposto sequer cobre as nossas despesas, o pagamento dos salários ou nos dá a possibilidade de fazermos um novo concurso para tentar acompanhar o Ministério Público e o Judiciário. Se perceberem, o Orçamento da Defensoria é seis vezes menor que o do Poder Judiciário e menos da metade

do Ministério Público e nos cobram que estejamos nas mesmas Comarcas, atuando com eles no Sistema de Justiça, o que de certa forma já prejudica o acesso a Justiça para a população carente, que é quem realmente precisa do atendimento da Defensoria. Então, esse reajuste linear não nos contempla adequadamente. Já executamos, todos os anos, com grande dificuldade para pagar os salários dos colegas que estão trabalhando no interior do Estado, nomeados por uma decisão judicial de um concurso de 2013”, destacou.

Com a presença de 23 deputados em Plenário, a Assembleia Legislativa aprovou o Orçamento Geral do Estado para 2019 no dia 17 de dezembro de 2012.

VIOÊNCIA CONTRA A MULHER É TEMA DE PALESTRA



DRA. RENATA TAVARES palestrou sobre “A Defesa Pública nos Crimes de Femicídio”. Dr. Juliano Leonel fez a abertura do evento,



A PALESTRA contou com abertura do Defensor Público Dr. Juliano de Oliveira Leonel. A Dra. Verônica Acioly foi uma das debatedoras

A Defensoria Pública continua engajada na Campanha “16 dias de Ativismo pelo fim da Violência contra as Mulheres”. Por meio do Núcleo de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, a Defensoria Pública do Estado do Piauí, continua engajada na Campanha “16 dias de Ativismo pelo fim da Violência contra as Mulheres”, realizada anualmente.

A Campanha é uma mobilização mundial, praticada simultaneamente por diversos atores da sociedade civil e poder público, unidos no enfrentamento à violência contra a mulher. Desde sua primeira edição, em 1991, a Campanha já conquistou a adesão de cerca de 160 países, tendo como pontos altos o dia 25 de novembro, Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher; dia 10 de dezembro, o Dia Internacional dos Direitos Humanos, passando pelo 6 de dezembro, que é o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Levando em consideração todas essas datas, a Defensoria Pública desenvolveu, como em todos os anos, por meio do Centro de Atenção Multidisciplinar (CAM) em conjunto com o Serviço Social do Núcleo da Mulher, uma manhã de sensibilização da Campanha Laço Branco no dia 06 de dezembro.

Na data foi feita a distribuição de material educativo e informativo, objetivando destacar o tema. Também em 23 de novembro a Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro, com atuação no Tribunal do Júri, Dra. Renata Tavares, proferiu palestra sobre “A Defesa Pública nos Crimes de Femicídio”, no auditório da Escola Superior da Defensoria Pública, na Casa de Núcleos da Instituição.



A palestra contou com abertura do Defensor Público Dr. Juliano de Oliveira Leonel, Titular da 3ª Defensoria Pública do Sistema Prisional, que discorreu sobre “Processo Penal Humanitário”. A Defensora Pública Dra. Verônica Acioly de Vasconcelos, Titular da 2ª Defensoria Pública da Mulher, foi a debatedora na tarde.

Na oportunidade, Dra. Renata Tavares admitiu que vem existindo uma evolução em relação a forma de encarar os crimes contra as mulheres, mas acredita que ainda é necessário um avanço maior nessa área. “O movimento de internacionalização dos Direitos Humanos, se não serviu para acabar com os horrores de assassinatos em massa, acabou criando uma cultura de resistência. Nesse ponto ocorreu uma



evolução, tem muita gente envolvida nisso, contudo ainda não é o suficiente para mudar essa situação de extrema violência que temos contra a mulher”, afirmou. Sobre a Campanha “16 dias de Ativismo pelo fim da Violência contra

as Mulheres”, a Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, Defensora Pública Dra. Lia Medeiros do Carmo Ivo, diz que “é um período que reúne várias datas significativas, que nos lembram a importância de empreender a continuidade dessa luta. Mais um momento

de fazermos um balanço de nossos avanços e conquistas, mas também de busca e reconhecimento das falhas, para que possamos planejar e avançar”.

CHEGA DE FIU-FIU

Documentário fortaleceu o debate sobre assédio às mulheres

A Defensoria Pública do Estado do Piauí, por meio do Núcleo Especializado de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, no mês de junho, no auditório da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdepi), o documentário “Chega de Fiu Fiu”, que narra a história de três brasileiras que “por meio de ativismo, arte e poesia resistem e põem novas formas de con(viver) no espaço público”, tendo como objetivo fomentar o debate sobre o assédio às mulheres nas ruas, assim como a busca de soluções coletivas para diminuir esse tipo de violência.

A exibição do documentário aconteceu de forma gratuita e autorizada, por intermédio da Plataforma Taturanambi, e contou com a presença da Defensora Pública Geral, Dra. Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes; da Defensora Pública Dra. Verônica Acioly de Vasconcelos, Titular da 2ª Defensoria Pública da Mulher e do defensor Público Dr. Armano Carvalho Barbosa, Titular da 3ª Defensoria Pública da Mulher, além de colaboradores e estagiários da Defensoria Pública. Após a exibição será incentivado um debate entre os participantes.

“Nossa intenção foi fomentar a discussão sobre uma realidade tão cruel e presente diariamente na vida das mulheres. Muitas de nós nem conseguimos reconhecer essas formas de violências que sofremos nas ruas, ao passo que muitos homens, já tão mergulhados no machismo em que foram criados, também não identificam certas atitudes



como nocivas às mulheres. Acredito que somente através da revisão desses comportamentos e da vontade coletiva poderemos tornar o espaço público um local onde homens e mulheres possam exercer em plenitude o seu fundamental direito de ir e vir em paz”, disse Dra. Lia Medeiros.

“É sempre de grande relevância incentivar a discussão sobre temas como este, que ferem a dignidade humana. Ao retratar a trajetória dos personagens, o documentário traz à tona inquietações relevantes sobre machismo e transfobia, tão presentes no cotidiano de tantas mulheres, ajudando a fomentar a discussão sobre as políticas públicas de proteção e garantia de direitos a essas mesmas mulheres” Muito relevante e pertinente essa exibição”, afirmou Dra. Hildeth Evangelista.

CICLO DE PALESTRAS encerra programação da ESDEPI em 2018



Com um o Ciclo de Palestras sobre Regularização Fundiária e Direitos Humanos, realizado no dia 14 de dezembro, a Escola Superior da Defensoria Pública (Esdepi) fechou sua programação para o ano de 2018. O evento reuniu Defensores Públicos, estagiários e demais interessados nos temas que foram abordados por profissionais capacitados nas referidas áreas, entre os quais Defensores Públicos do Piauí.

O tema regularização Fundiária foi abordado pelo Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Piauí e especialista em Direito Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Roger Araújo Machado, ex-estagiário da DDPE-PI, que destacou os Fundamentos Constitucionais da Regularização Fundiária; a Lei Federal nº 13.465/2017 e a Medida Provisória nº 759, de 22 de dezembro de 2016; a Regularização Fundiária Urbana (Reurb), seu conceito, objetivos,



legitimação e as modalidades Reurb-S e Reurb-E. “É muito importante o papel da Defensoria Pública nesse processo, porque de acordo com a Lei 13.465/17, a Defensoria é um dos agentes públicos legitimados a entrar com o processo de Regularização Fundiária, no caso para pessoas hipossuficientes, aquelas necessitadas, que não podem arcar com custos de processos judiciais ou procedimentos administrativos sem prejuízo de sua própria manutenção”, enfatizou o palestrante.

O tema Direitos Humanos foi abordado por três palestrantes, a Mestra em Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade de Brasília (UNB), Andreia Marreiro, que abordou o tema “Direitos Humanos e Defensoria Pública: descolonizar e esperar”; a Defensora Pública Dra. Karla Araújo de Andrade Leite, que falou sobre “Direitos Humanos e Efetividade na Perspectiva dos Assistidos da DPE” e o Defensor Público Dr. Leandro Ferraz Damasceño Ribeiro, que abordou “Direitos Humanos e Democracia: um par necessário”.

“Falar sobre Defensoria Pública é falar sobre uma Instituição que foi conquistada nessa luta por Direitos Humanos e tem como objetivo final a defesa e garantia desses direitos. Entendemos que para acontecer esse diálogo entre esses dois conceitos, essa união deve indissociável entre Defensoria e Direitos Humanos”, afirmou Dra. Andreia Marreiro. “diálogo sobre a efetividade dos Direitos Humanos na perspectiva do assistido pela Defensoria Pública, partindo do pressuposto que nós, Defensores Públicos, temos uma missão constitucional de promoção dos Direitos Humanos e, dentro dessa visão, temos de nos comprometer com essa promoção, e não só buscar compreender a fala do assistido, mas dar força para essa fala, nos comprometendo com ações concretas, não só com judicialização de ações que versem sobre Direitos Humanos, mas com atitudes educativas, preventivas, porque sabemos que a igualdade prevista no regramento jurídico é formal e que para o nosso assistido essa igualdade é desigual”, destacou Dra. Karla Andrade.



“Trata-se de uma percepção instigante sobre um tema que parece já é senso comum, a aliança entre Democracia e Direitos Humanos, na perspectiva de que o melhor regime político para a implementação de Direitos Humanos seria a Democracia, é assim que a gente ouve e é propagada ideia e, de fato, não parece existir outro regime mais adequado, político, todavia a Democracia também tem muitas falhas e, em um processo de autocorreção, as experiências históricas têm mostrado que precisamos discutir melhor nossa Democracia. Implementar melhor um governo que seja de fato um governo inclusivo e ai pensar numa união perfeita entre Democracia Direitos Humanos”, afirmou Dr. Leandro Ferraz, na oportunidade.

TERESINA EM AÇÃO

DEFENSORIA ITINERANTE CONTABILIZOU MAIS DE 800 ATENDIMENTOS

No segundo semestre de 2018 a Defensoria Pública, por meio da Defensoria Itinerante continuou a integrar o Projeto Teresina em Ação, desenvolvido pela Prefeitura de Teresina em parceria com a Rede Clube de Televisão e que tem por objetivo a prestação de serviços à comunidade nas áreas de saúde, assistência social, trabalho, economia solidária e documentação.

Sempre com a presença de um Defensor Público, a equipe da Defensoria itinerante levou a cada edição do Projeto orientação jurídica e esclarecimento de dúvidas da população sobre questões envolvendo divórcio, dissolução de união estável, guarda, pensão alimentícia, teste de paternidade, partilha de bens, retificação de registro civil de nascimento, dentre outras questões de competência da Instituição.

As ações aconteceram na Praça da Bandeira, Dirceu II, Monte Castelo, Vale Quem Tem e Mafrense, contabilizando mais de 800 atendimentos à população. A Defensoria Itinerante da Defensoria Pública conta com a Direção do Defensor Público Dr. Afonso Lima da Cruz Júnior e Coordenação da Defensora Pública Dra. Paula Batista da Silva, tendo em seus quadros os Defensores Públicos Dr. Arilson Pereira Malaquias e Dr. Francisco Cardoso Jales.



CONSUMO CONSCIENTE

de energia elétrica é adotado pela DPE

CONSUMO CONSCIENTE SÓ DEPENDE DA GENTE!

Visando a otimização do consumo de energia elétrica em respeito ao não comprometimento das fontes renováveis, bem como a redução de gastos públicos com esse serviço, a Defensoria Pública do Estado do Piauí está estimulando o consumo consciente junto aos seus colaboradores, servidores, estagiários e Defensores Públicos. Dessa forma está sendo divulgado a todos os que compõem a Defensoria Pública que possuem a adotar comportamentos simples como:

- Aproveite ao máximo a entrada de luz natural.** Evitar ligar e desligar o ar-condicionado ao longo do dia, sendo o ideal deixar o aparelho em uma temperatura agradável durante o expediente;
- Manter as janelas e porta fechadas sempre que for ligar o ar-condicionado,** já que abertas elas contribuem para aumentar o consumo de energia;
- Os carregadores de celulares** devem sempre ser retirados após o carregamento dos aparelhos; Sempre que um aparelho não estiver em uso, desligá-lo e, se possível, retirá-lo da tomada.
- Em relação aos computadores,** o ideal é que eles sejam desligados completamente quando não estiverem sendo utilizados, especialmente ao final do expediente;
- Não deixar aparelhos em modo stand by,** que deixa uma luz de alerta acesa. Esse é um dos grandes vilões no consumo de energia;
- É não esquecer de desligar as luzes da sala sempre ao sair.**
- Evitar manter a porta do frigobar aberta durante muito tempo;**

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ

Visando a otimização do consumo de energia elétrica em respeito ao não comprometimento das fontes renováveis, bem como a redução de gastos públicos com esse serviço, a Defensoria Pública do Estado do Piauí iniciou em novembro de 2018 a estimulação ao consumo consciente junto aos seus colaboradores, servidores, estagiários e Defensores Públicos.

Ao optar pela realização da campanha de economia de energia, a Defensoria Pública entendeu que o consumo consciente de energia elétrica pode evitar que entre em colapso o fornecimento desse insumo essencial à sociedade moderna. Essa economia deve estar inserida como um hábito nas rotinas diárias no ambiente de trabalho.

PONTOS DESTACADOS PELA CAMPANHA:

- Aproveitar ao máximo a entrada de luz natural;
- Evitar ligar e desligar o ar-condicionado ao longo do dia, sendo o ideal deixar o aparelho em uma temperatura agradável durante o expediente;
- Manter as janelas e porta fechadas sempre que for ligar o ar-condicionado, já que abertas elas contribuem para aumentar o consumo de energia;
- Evitar manter a porta do frigobar aberta durante muito tempo;
- Não deixar aparelhos em modo Stand By, que deixa uma luz de alerta acesa. Esse é um dos grandes vilões no consumo de energia;
- Sempre que um aparelho não estiver em uso, desligá-lo e, se possível, retirá-lo da tomada. Os carregadores de celulares devem sempre ser retirados das tomadas após o carregamento dos aparelhos;
- Em relação aos computadores, o ideal é que eles sejam desligados completamente quando não estiverem sendo utilizados, como no horário de almoço e ao final do expediente.

CONSUMO CONSCIENTE SÓ DEPENDE DA GENTE!

A Defensoria Pública do Estado do Piauí está estimulando o consumo consciente junto aos seus colaboradores, servidores, estagiários e Defensores Públicos.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ

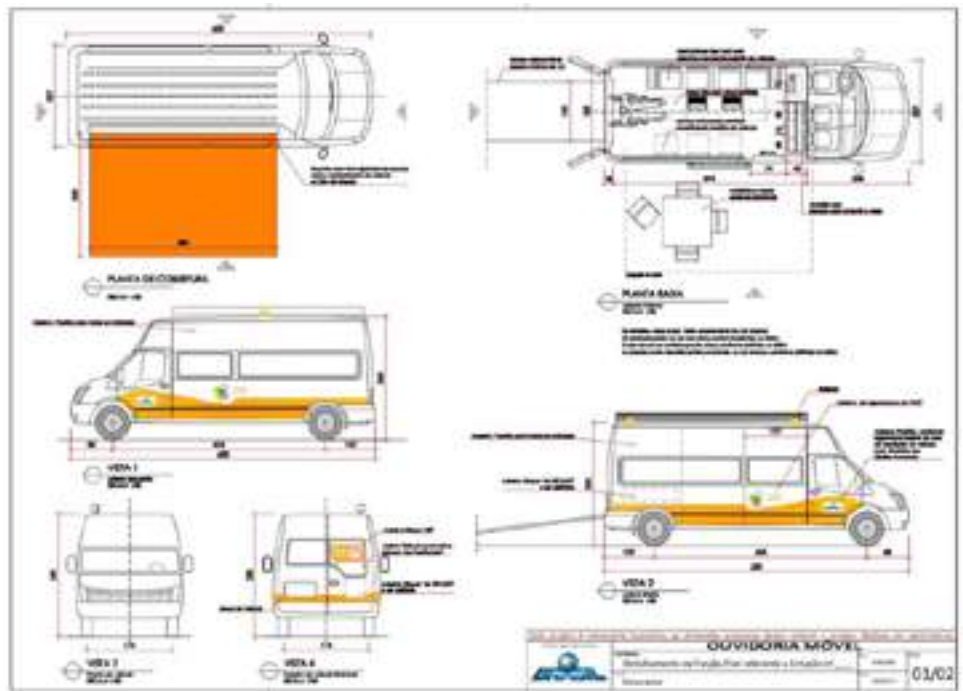
Defensoria é indicada para receber VAN DA CIDADANIA

Defensoria Pública do Estado do Piauí foi contemplada com emenda parlamentar do Deputado Federal Fábio Abreu (PR), pela qual a Instituição foi indicada para receber uma Van dos Direitos. Trata-se de um veículo devidamente adaptado para levar cidadania às populações mais vulneráveis, como crianças, adolescentes, pessoas em situação de rua, público LGBT, pessoas idosas e com deficiência, comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais, refugiados, imigrantes e outros grupos vulnerabilizados. A referida emenda é denominada Emenda da Cidadania.

A Van dos Direitos é um veículo personalizado, adaptado na forma de um escritório completo. Pela emenda parlamentar, serão empregados recursos no montante de R\$ 300 mil, que serão utilizados na equipagem do veículo, cujo projeto prevê um escritório capaz de oferecer às populações alcançadas os serviços propostos em sua totalidade. A equipagem do veículo será licitada e viabilizada pela Secretária Nacional de Cidadania, do Ministério dos Direitos Humanos.

“Esse é um projeto interessantíssimo, porque a Defensoria Pública vai poder ofertar seus serviços no local em que a pessoa precisa. É mais um auxílio que chega. Nossa preocupação é com os mais pobres, no sentido de facilitar o acesso aos serviços prestados pela Instituição, evitando que tenham que se deslocar de seus locais de origem. É como, por exemplo, tratamos a Segurança Pública, levando ações a todas as áreas aonde se faz necessário, nos bairros, nas vilas, nas comunidades. Aonde a população necessita de serviços o Estado tem que se fazer presente”, afirma o Deputado Federal Fábio Abreu.

A VAN É UM VEÍCULO PERSONALIZADO, ADAPTADO NA FORMA DE UM ESCRITÓRIO COMPLETO PRONTO PARA ATENDER A POPULAÇÃO



A Defensora Pública Geral do Estado do Piauí, Dra. Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes, afirma que a indicação para a Defensoria ser contemplada com uma Van da Cidadania tem um valor inestimável, já que o veículo proporcionará maior acesso aos assistidos pela Instituição.

“É com imensa satisfação que recebemos a notícia de que fomos indicados por essa emenda parlamentar. Agradecemos penhoradamente ao Deputado Fábio Abreu, pela sensibilidade e compreensão do quanto é necessário desenvolver projetos e destinar emen-

das que proporcionem levar o acesso à cidadania e à Justiça às comunidades com alto índice de vulnerabilidade social. Nossos assistidos, sem dúvida alguma, serão os maiores beneficiados”, ressalta Dra. Hildeth Evangelista.

Também foram contempladas com a indicação pela Emenda da Cidadania, as Defensorias Estaduais de Rondônia, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Mato Grosso e São Paulo, a partir da iniciativa de Deputados Federais representantes dos respectivos Estados.

Donativos são entregues à Pastoral do Povo da Rua

Campanha de Natal da Defensoria Pública arrecadou donativo, como alimentos não-perecíveis, roupas, material de higiene pessoal e agasalhos

Durante um mês e cinco dias os servidores, estagiários, colaboradores, Defensoras e Defensores Públicos que fazem a Defensoria Pública do Estado do Piauí, atenderam ao apelo da Campanha “Seja o Natal de Quem Precisa” e efetuaram a doação de artigos de higiene pessoal, como sabonete, escova de dentes, creme dental, absorvente, shampoo, desodorante; alimentos não perecíveis, como leite, açúcar, arroz, feijão, macarrão, massa de milho, café e roupas em bom estado de conservação. O objetivo foi colaborar com a Pastoral do Povo da Rua de Teresina que realiza um importante trabalho de acolhimento às pessoas que vivem em situação de rua na Capital.

Os donativos arrecadados foram entregues à Pastoral pela Defensora Pública Geral, Dra. Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes, acompanhada pelo Subdefensor Público Geral, Dr. Erisvaldo Marques dos Reis; pela Titular da 2ª Defensoria Pública do Idoso, Dra. Sarah Vieira Miranda Lages Cavalcanti e pela assistente social do Centro de Apoio Multidisciplinar da DPE-PI, Valéria Miranda de Araújo.

Os mantimentos foram recebidos pela colaboradora e pela fisioterapeuta da Pastoral do Povo de Rua, respectivamente Ozeni Carvalho e Francisca Oliveira, que agradeceram à Defensoria Pública pela iniciativa. “Não tenho nem palavras, mas digo muito obrigada, pois chegou em um momento em que estamos necessitando, já que vivemos de doações. Só agradecer por tantas maravilhas que recebemos e pedir a Deus que abençoe a cada um de vocês abundantemente, pois nesse mundo em que vivemos, de desamor, ainda podemos acreditar no ser humano. Ainda existem pessoas de coração aberto, que realmente se sensibilizam com a dor do outro”, disse Ozeni Carvalho.

“Esse trabalho da Pastoral do Povo de Rua já é atrelado ao que fazemos diariamente na Defensoria Pública, aonde atendemos inúmeros moradores de rua, em todas as áreas de atuação”, ressaltou Dra. Sarah Miranda.

“É muito importante para a Defensoria Pública poder colaborar com essa doação. Já desenvolvemos



parceria com a Pastoral e, por meio da Diretoria de Primeiro Atendimento, vimos possibilitando a aquisição de documentos pessoais para as pessoas em situação de rua, colaborando para garantir dignidade a essas pessoas que se encontram em situação de total vulnerabilidade”, destacou o Subdefensor Público Geral, Dr. Erisvaldo Marques.

“Todos os anos realizamos essa campanha. Ano passado destinamos as doações para as casas de acolhimento, e neste ano temos como foco a Pastoral do Povo de Rua, que é uma referência nesse trabalho de acolhimento, proporcionando dignidade a inúmeras pessoas que nela têm um único apoio e alento. Todos os que trabalham na Pastoral fazem a diferença na vida dessas pessoas voluntariamente e a Defensoria Pública, como Instituição que garante o acesso irrestrito à Justiça, seja na área judicial ou social, busca colaborar por meio de ações, atendimentos e agora com essas doações, que esperamos possam contribuir para melhorar o acolhimento prestado pela Pastoral a cada pessoa que hoje se encontra em situação de rua em Teresina”, afirmou a Defensora Pública Geral, Dra. Hildeth Evangelista.



Coral Infantojuvenil encerra o ano na Defensoria

A apresentação marcou a confraternização de Natal na Defensoria Pública na João XXIII

O Coral Infantojuvenil do Projeto Música para Todos marcou a Confraternização Natalina da Defensoria Pública do Estado do Piauí realizada na Unidade João XXIII no final do

ano de 2018. O momento contou com a participação da Defensora Pública Geral, Dra. Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes e do Subdefensor Público Geral, Dr. Erisvaldo Marques dos Reis, além de colaboradores, servidores, estagiários, Defensoras e Defensores Públicos e, especialmente, os assistidos pela Instituição.

O Coral, que conta com a Coordenação do Professor Francisco Júnior, apresentou músicas com o tema de Natal e emocionou os presentes. “Foi tudo muito lindo, a gente chega aqui com muitos problemas e encontra um momento desses. É muito bonito e emocionante”, resumiu a dona de casa Maria dos Prazeres, que se encontrava acompanhando a filha na Triagem da Diretoria de Primeiro Atendimento. “Queremos agradecer a esse acolhimento da Defensoria Pública”, afirmou o professor Francisco Júnior. “Nosso Projeto busca pela igualdade, aceita qualquer pessoa

que nos procure e nisso se iguala à Defensoria Pública, que atende a todas as pessoas que chegam aqui, sem distinção. A Defensoria é a primeira esperança e também uma luz no fim do túnel”, afirmou a também é Coordenadora do Projeto Música para Todos, Cláudia Simone.

O CORAL INFANTO-JUVENIL DO PROJETO SE APRESENTOU NO SETOR DE TRIAGEM DO PRIMEIRO ATENDIMENTO DA DEFENSORIA XIII

“Só temos a agradecer a essa apresentação belíssima, organizada por nossos assistentes sociais, que vêm fazendo a diferença na Instituição. Optamos por realizar nossa Confraternização Natalina dessa forma, com vocês, nossos assistidos, no local de entrada na Defensoria Pública. Esperamos em 2019 tornar o nosso atendimento cada vez mais eficiente e humanizado. Com esse empenho certamente dias melhores acontecerão para todos nós”, afirmou a Defensora Pública Geral, Dra. Hildeth Evangelista.

O Projeto Música Para Todos foi criado em Teresina em 1999 e oferece Cursos Livres em Iniciação Musical e Prática em Orquestra, para crianças, jovens, adultos e idosos. A Instituição tem por objetivo transformar vidas através da música e da arte. Já foram beneficiados com a iniciativa mais de 38 mil pessoas, em dezenas de municípios piauiense.